



Câmara Municipal de Porto Real/RJ

PODER LEGISLATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO

95002/2025

CONTRATANTE (UASG)

Câmara Municipal de Porto Real (928587)

OBJETO

Prestação de serviços de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde Suplementar, para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os servidores e respectivos dependentes da Câmara Municipal de Porto Real, com previsão de inativos, pelo período de 5 anos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.937.265,28

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

10/06/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA

aberto e fechado

MARGEM DE PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

Sumário

1. OBJETO DA LICITAÇÃO	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ...	7
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	10
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	12
6. DA FASE DE JULGAMENTO	17
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	20
8. DO TERMO DE CONTRATO	23
9. DOS RECURSOS	24
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	25
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	29
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	1
Apenso 1 – Estudo Técnico Preliminar	1
ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	1
ANEXO III – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA	1
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	1
Declaração de Elaboração Independente de Proposta	4
ANEXO V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	1

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL/RJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95002/2025

Processo Administrativo Eletrônico n.º 518/2025

Torna-se público que o município de **Porto Real no Estado do Rio de Janeiro** através da **Câmara Municipal de Porto Real**, por meio do **Departamento de Compras Licitações e Contratos**, com sede à Avenida D. Pedro II, 1.150, Centro, Porto Real, RJ, CEP: 27570-000, realizará **licitação**, com critério de julgamento menor preço, na modalidade **Pregão** na forma **eletrônica**, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021](#), do [Ato 022 / CMPR de 21 de fevereiro de 2024](#), do [Decerto Municipal 3.026 de 8 de março de 2024](#) e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Data da sessão: 10/06/2025

Link: [Portal Nacional de Contratações Públicas](#)

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação é **prestação de serviços de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde Suplementar, para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os servidores e respectivos dependentes da Câmara Municipal de Porto Real, com previsão de inativos, pelo período de 5 anos** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em item único, que representa a média dos valores unitários apurados conforme tabela de composição do valor médio nos termos do

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar anexo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 Poderão participar deste certame os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Participação Exclusiva de ME / EPP e Equiparadas

2.5 Será concedido **tratamento favorecido** para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, **nos limites previstos** [da Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do [Decreto n.º 8.538, de 2015](#).

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

c) *sociedades cooperativas*;

d) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

e) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

f) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

k) *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;

l) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8 O impedimento de que trata o **item (2.6g)** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens (2.6e) e (2.6f)** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9.2. O disposto nos **itens (2.6e) e (2.6f)** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.10.1. A vedação de que trata o **item (2.7)** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos **ítems 7.1.1 e 7.10.1** deste Edital.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

3.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), a pessoa jurídica:

- a) cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º](#) da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de **10% (dez por cento)** do capital de outra empresa não beneficiada pela [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º](#) da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º](#) da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.9 A falsidade da declaração de que trata os **ítems 3.4 ou 3.7** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor global da proposta;
- b) Tipo do plano oferecido;
- c) Operadora do plano de saúde;
- d) quantidade cotada, devendo ser igual a quantidade requerida.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão **encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo **valor global da contratação**.

5.6 Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado** e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1,00 (um real)**.

5.9 O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **quinze segundos após o registro no sistema**, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, com **lance final e fechado**.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o **sistema encaminhará aviso de fechamento** iminente dos lances, após o que transcorrerá o **período de até dez minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que **o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo.

5.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por **margem de preferência**, o percentual referido na disposição anterior será de **20% (vinte por cento)**, nos termos do [§ 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#), incluído pela [IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024](#).

5.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante **poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta**, ou por ofertar melhor lance.

5.11.5. **Não havendo** pelo menos **três ofertas** nas condições definidas neste item, **poderão os autores dos melhores lances subsequentes**, na ordem de classificação, **até o máximo de três**, oferecer um **lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, **o sistema ordenará e divulgará os lances** segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

5.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer **acessível aos licitantes** para a recepção dos lances.

5.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada** somente **após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato** pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

5.18 Ao *final da fase de lances*, será aplicado o benefício da *margem de preferência*, nos termos do [art. 26 da Lei 14133/21](#).

5.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o **sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço**, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.19 Em relação a itens **não exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a **verificação automática**, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

5.19.2. O parâmetro para o **empate ficto**, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **10% (dez por cento)**, caso se trate de uma concorrência, ou de **até 5% (cinco por cento)**, caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

5.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de **encaminhar uma última oferta para desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no **prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou **não se manifeste** no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até **10% (dez por cento)**, caso se trate de uma concorrência, ou de até **5% (cinco por cento)**, caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica **limitada** às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado** contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.20 Havendo eventual **empate** entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá **por sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

5.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no **item 2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do [art. 12](#) da citada lei.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7 No caso de bens e serviços em geral, é **indício de inexecuibilidade** das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

6.8 A **inexequibilidade**, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Se houver **indícios de inexequibilidade** da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de **Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração**, o licitante classificado em primeiro lugar será **convocado** para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11 **Erros** no preenchimento da planilha **não constituem motivo para a desclassificação da proposta**. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

6.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação **poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública**, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133/2021](#).

7.4 Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante **responderá** pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a ***declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social***, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, ***declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas*** assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7 Considerando que na presente contratação a ***avaliação prévia do local de execução*** é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve ***atestar***, sob pena de inabilitação, que ***conhece o local e as condições de realização do serviço***, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.7.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail licitacao@cmportoreal.rj.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.7.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá ***substituir*** a declaração exigida no presente item por ***declaração*** formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do ***conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação***.

7.8 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36](#) e no [§1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.11 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, **em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado**.

7.11.2. Respeitada a **exceção** do subitem anterior, relativa à **regularidade fiscal**, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.10.1**.

7.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2 O adjudicatário terá o prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **2 (dois) dias úteis**; ou

b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **2 (dois) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

8.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139](#) da mesma Lei.

8.5 Os prazos dos **itens 8.2 e 8.3** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7 Na **assinatura do contrato ou instrumento equivalente** será exigido o **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin** e a **comprovação das condições de habilitação e contratação** consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.8 A existência de registro no [CadIn](#) constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cmportoreal.rj.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

b.4) deixar de apresentar amostra;

b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f) fraudar a licitação;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

g.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

g.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

g.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,

conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos **itens (10.1a) , (10.1b) e (10.1c)** , a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos **itens (10.1e) , (10.1f) , (10.1g) , (10.1h) e (10.1i)** , a **multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado**.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens (10.1a) , (10.1b) e (10.1c)** , quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens (10.1e) , (10.1f) , (10.1g) , (10.1h) e (10.1i)** , bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens (10.1a) , (10.1b) e (10.1c)** que justifiquem a imposição

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item (10.1c)**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **2 (dois)** ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo **de 20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

10.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no [Sicaf](#) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@cmportoreal.rj.gov.br.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

11.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 95002/2025

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cmportoreal.rj.gov.br.

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. *Anexo I – Termo de Referência - TR*

12.11.1.1. *Apenso 1 – Estudo Técnico Preliminar - ETP*

12.11.2. *Anexo II – Minuta do Contrato Administrativo - CA*

12.11.3. *Anexo III – Termo de Ciência e Concordância*

12.11.4. *Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial*

12.11.5. *Anexo V – Instrumento de Medição de Resultado – IMR*

Renata Soares Bader

Pregoeira
CPF 096.832.127-51

Av. Dom Pedro II, 1.550 – Centro – Porto Real – CEP 27.570-000
Telefone (24) 3353-2600 – licitacao@cmportoreal.rj.gov.br – cmportoreal.rj.gov.br



Câmara Municipal de Porto Real/RJ

PODER LEGISLATIVO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

UASG 928587

Processo Administrativo Eletrônico nº 518/2025

Categoria: V - prestação de serviços, profissionais especializados: Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Projeto: prestação de serviços de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde Suplementar, para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os servidores e respectivos dependentes da Câmara Municipal de Porto Real, com previsão de inativos, pelo período de 5 anos

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
21/05/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Ivan F. Marinho Junior

INTRODUÇÃO

O **Ato 022/CMPR/2024** autoriza a aplicação do **Decreto Municipal n.º 3.026/2024** e dos regulamentos editados pelo poder executivo federal para aplicação da **Lei Federal nº 14.133**, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações e dá providências correlatas.

De acordo com o **inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal 14.133/2021**, o Estudo Técnico é documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos: definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução como um todo, requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, critérios de medição e pagamento, forma e critérios de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e adequação orçamentária.

Este documento foi adaptado do Modelo de Termo de Referências para Compras, Lei 14.133 de preparado pela Advocacia Geral da União, atualizado em novembro de 2024 e disponível no Portal Nacional de Compras Públicas.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1 Contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde Suplementar**, para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os servidores e respectivos dependentes da Câmara Municipal de Porto Real, com previsão de inativos, pelo período de 5 anos nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

Tabela 1: Relação de bens e valores máximos aceitáveis por item.

Item	Código	DESCRIÇÃO* ²	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	13340	Corretagem Plano de Saúde	7.264	Unidade	955,0200	6.937.265,28
Total	1 lote	1 itens	7.264		R\$	6.937.265,28

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como de luxo, conforme **art. 11 do Decreto Municipal 3026/2024**.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados do primeiro dia útil após a assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

1.4.1. Quanto à natureza, o objeto se configura precipuamente como um serviço comum e de natureza continuada, devido às características de essencialidade e habitualidade que a CONTRATANTE tem de mantê-los, e sua interrupção pode comprometer a assistência à saúde dos funcionários e, consequentemente, a continuidade das atividades da administração. A contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua manutenção é imprescindível, uma vez que está voltado ao cuidado com a saúde do servidor.

1.5 Benefícios diretos e indiretos;

a) Aumentar a satisfação dos funcionários;

- b) Prevenir problemas e doenças e reduzir o absenteísmo;
- c) Proporcionar mais acesso aos tratamentos médicos;
- d) Melhorar a percepção da saúde global dos funcionários;
- e) Reter talentos Além da Medicina Preventiva.

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2 Justificativa da necessidade da contratação:

2.2.1. A Câmara Municipal de Porto Real (CMPR) é órgão da Administração Pública direta que compõe o Poder Legislativo de Porto Real. Logo Como a natureza jurídica do CMPR é de órgão municipal, não sendo permitida a livre contratação, é primordial a realização de licitação para que seus servidores possam ser beneficiados com uma prestação de serviços de assistência à saúde de forma adequada e segura, propiciando qualidade no atendimento dos mesmos.

2.2.2. A CMPR possui atualmente em seu quadro funcional 72 servidores ativos, 11 vereadores e 18 dependentes para os quais oferece benefícios com o objetivo de contribuir para a formação de um ambiente de trabalho saudável e adequado ao crescimento profissional, incentivando os colaboradores a realizarem suas tarefas com qualidade e satisfação, conforme autorizado pela Resolução 250 de 25 de novembro 2015.

2.2.3. O estudo em questão, trata da concessão de Assistência Médica Hospitalar para vereadores, servidores públicos efetivos, comissionado, e aos assessores parlamentares do Legislativo Municipal de Porto Real e seus dependentes legais.

2.2.4. A inclusão de vereadores e dependentes será facultativa e custeada integralmente pelos titulares, logo o número de vereadores e dependentes acima é uma estimativa de usuários, com base no cadastro de usuários atualmente beneficiários pelos serviços através do Contrato Administrativo 005/20219.

2.2.5. A contratação pretendida justifica-se em o benefício proporcionar segurança e tranquilidade aos servidores e edis da CMPR, no campo da saúde, tendo em vista que o acesso à assistência médica, hospitalar e ambulatorial ofertada por órgãos públicos, ainda que garantida constitucionalmente, não satisfazem as necessidades existentes daqueles que o necessitam na presente conjuntura nacional.

2.2.6. Justifica ainda a contratação, o fato de a assistência à saúde prestada pelos planos ou seguros privados, embora apresente suas deficiências, é considerada no Brasil como o melhor atendimento médico-hospitalar e ambulatorial prestados às pessoas assistidas.

2.2.7. Nesse contexto, a intenção precípua da CMPR é oferecer uma assistência à saúde eficiente e digna, seja na atividade funcional, seja na vida privada, e evitar ou minimizar os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho funcional.

2.2.8. Em razão do objeto a ser contratado e dado a sua essencialidade, justifica-se a contratação do serviço de forma contínua e ininterrupta, garantindo a continuidade dos serviços, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão e a necessidade de garantir o acesso à rede de saúde aos empregados.

2.2.9. Assim, a contratação em tela poderá estender-se por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção poderá comprometer o cumprimento da missão institucional.

2.2.10. O plano de assistência médica deverá proporcionar aos empregados do CMPR melhores condições para o cuidado com a saúde, tanto sob a perspectiva de cuidados preventivos quanto de tratamentos que porventura sejam necessários, como em

casos de acometimento de moléstia ou acidente, de acordo com os casos previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e no futuro Termo de Referência

2.2.11. A abrangência da cobertura deverá ser no mínimo estadual, devido ao fato de os servidores realizarem cursos na capital e podem realizar diligências em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro, havendo, portanto, a necessidade de garantia de atendimento médico hospitalar in continenti aos casos de urgência e emergência. caso o servidor necessite, podendo ser oferecido plano de saúde com cobertura nacional.

2.2.12. O plano de assistência médica para o desenvolvimento nacional sustentável, deverá possuir ou implementar critérios de sustentabilidades, voltados para redução do consumo de energia, reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente, descarte de insumos, reciclagem, maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

2.3 Indicação de vinculação ou dependência com objeto de outro documento de formalização de demanda:

2.3.1. Não há

2.4 Memória de cálculo:

2.4.1. Quantidade atual de beneficiários

2.4.1.1. O Contrato vigente possui a seguinte lista de beneficiários (dados pessoais omitidos de acordo com a LGPD):

Data de Nascimento	Idade	Faixa Etária	Tipo	Lote
08/08/2006	18	00 - 18	Titular	Servidor
28/07/2005	19	19 - 23	Titular	Servidor
28/09/2003	21	19 - 23	Titular	Servidor
26/02/2003	22	19 - 23	Titular	Servidor
03/04/2002	23	19 - 23	Titular	Servidor
19/05/2000	24	24 - 28	Titular	Servidor
03/08/2000	24	24 - 28	Titular	Servidor
23/02/2000	25	24 - 28	Titular	Servidor
16/10/1998	26	24 - 28	Titular	Servidor
11/05/1997	28	24 - 28	Titular	Servidor
02/01/1998	27	24 - 28	Titular	Servidor

Data de Nascimento	Idade	Faixa Etária	Tipo	Lote
19/05/1996	28	24 - 28	Titular	Servidor
21/11/1996	28	24 - 28	Titular	Servidor
06/09/1995	29	29 - 33	Titular	Servidor
01/04/1996	29	29 - 33	Titular	Servidor
28/03/1995	30	29 - 33	Titular	Servidor
21/07/1993	31	29 - 33	Titular	Servidor
21/10/1993	31	29 - 33	Titular	Servidor
07/12/1993	31	29 - 33	Titular	Servidor
25/06/1992	32	29 - 33	Titular	Servidor
04/07/1992	32	29 - 33	Titular	Servidor
18/08/1992	32	29 - 33	Titular	Servidor
27/09/1991	33	29 - 33	Titular	Servidor
10/10/1991	33	29 - 33	Titular	Servidor
28/02/1991	34	29 - 33	Titular	Servidor
08/12/1990	34	34 - 38	Titular	Servidor
08/11/1989	35	34 - 38	Titular	Servidor
14/12/1989	35	34 - 38	Titular	Servidor
20/07/1989	35	34 - 38	Titular	Servidor
01/10/1988	36	34 - 38	Titular	Servidor
20/11/1986	38	34 - 38	Titular	Servidor
29/10/1986	38	34 - 38	Titular	Servidor
29/12/1984	40	39 - 43	Titular	Servidor
18/07/1984	40	39 - 43	Titular	Servidor
31/07/1984	40	39 - 43	Titular	Servidor
05/03/1985	40	39 - 43	Titular	Servidor
28/09/1983	41	39 - 43	Titular	Servidor
13/08/1983	41	39 - 43	Titular	Servidor
03/04/1984	41	39 - 43	Titular	Servidor
17/06/1982	42	39 - 43	Titular	Servidor
06/03/1983	42	39 - 43	Titular	Servidor
01/01/1983	42	39 - 43	Titular	Servidor
31/07/1981	43	39 - 43	Titular	Servidor
16/01/1982	43	39 - 43	Titular	Servidor
21/05/1981	43	39 - 43	Titular	Servidor
15/10/1980	44	44 - 48	Titular	Servidor
15/12/1980	44	44 - 48	Titular	Servidor
29/12/1980	44	44 - 48	Titular	Servidor
07/07/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
25/09/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
10/09/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
27/08/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
03/10/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
25/11/1978	46	44 - 48	Titular	Servidor
26/11/1978	46	44 - 48	Titular	Servidor
17/11/1978	46	44 - 48	Titular	Servidor
09/05/1976	49	49 - 53	Titular	Servidor
26/07/1974	50	49 - 53	Titular	Servidor
31/08/1972	52	49 - 53	Titular	Servidor
13/04/1973	52	49 - 53	Titular	Servidor
26/03/1973	52	49 - 53	Titular	Servidor

Data de Nascimento	Idade	Faixa Etária	Tipo	Lote
03/09/1971	53	49 - 53	Titular	Servidor
21/05/1970	54	54 - 58	Titular	Servidor
10/12/1967	57	54 - 58	Titular	Servidor
27/03/1966	59	59 - ...	Titular	Servidor
20/01/1965	60	59 - ...	Titular	Servidor
22/10/1964	60	59 - ...	Titular	Servidor
23/03/1964	61	59 - ...	Titular	Servidor
18/08/1963	61	59 - ...	Titular	Servidor
14/09/1956	68	59 - ...	Titular	Servidor
14/09/1953	71	59 - ...	Titular	Servidor
09/08/1950	74	59 - ...	Titular	Servidor
04/09/2023	1	00 - 18	Dependente	Servidor
21/03/1982	43	29 - 33	Dependente	Servidor
10/09/1975	49	49 - 53	Dependente	Servidor
10/07/1973	51	49 - 53	Dependente	Servidor
21/06/1972	52	49 - 53	Dependente	Servidor
24/04/1966	59	59 - ...	Dependente	Servidor
08/09/1966	58	54 - 58	Dependente	Servidor
05/04/1960	65	59 - ...	Dependente	Servidor
23/02/1959	66	59 - ...	Dependente	Servidor
14/01/1959	66	59 - ...	Dependente	Servidor
18/04/1959	66	59 - ...	Dependente	Servidor
27/09/1956	68	59 - ...	Dependente	Servidor
04/05/1956	69	59 - ...	Dependente	Servidor
09/06/1955	69	59 - ...	Dependente	Servidor
25/11/1953	71	59 - ...	Dependente	Servidor
07/12/1951	73	59 - ...	Dependente	Servidor
11/04/1988	37	34 - 38	Titular	Vereador
08/05/1981	44	44 - 48	Titular	Vereador
19/01/1977	48	44 - 48	Titular	Vereador
24/02/1973	52	49 - 53	Titular	Vereador
14/02/1970	55	54 - 58	Dependente	Vereador
17/07/1966	58	54 - 58	Dependente	Vereador
19/05/1960	64	59 - ...	Dependente	Vereador

2.4.1.2. Em resumo, temos a seguinte relação de vidas por faixa etária:

FAIXA ETÁRIA	SERVIDOR		VEREADOR		TOTAL
	TITULAR	DEPENDENTE	TITULAR	DEPENDENTE3	
00 - 18	1	1	0	0	2
19 - 23	4	0	0	0	4
24 - 28	8	0	0	0	8
29 - 33	12	1	0	0	13
34 - 38	7	0	1	0	8
39 - 43	13	0	0	0	13
44 - 48	11	0	2	0	13
49 - 53	6	3	1	0	10

FAIXA ETÁRIA	SERVIDOR		VEREADOR		TOTAL
	TITULAR	DEPENDENTE	TITULAR	DEPENDENTE3	
54 - 58	2	1	0	2	5
59 - ...	8	10	0	1	19
Total	72	16	4	3	95

2.4.2. Estimativa de servidores / mês.

2.4.2.1. Considerando o que dispões os **artigos 5º, 6º e 7º da Lei Municipal 767, de 2021** a quantidade de servidores poderá chegar a **127 pessoas**, sendo esse grupo totalmente custeado pelos cofres públicos.

2.4.2.2. No corrente exercício a quantidade estimada a ser custeada pelo município é de **72 a 75 pessoas**, portanto consideraremos essa quantidade (**75**) para efeito de reserva de dotação e empenho no corrente exercício, sendo reservada dotação para **até 127 pessoas** nos demais exercícios de vigência contratual de acordo com “**cronograma de admissões**” a ser estipulado pela Administração.

2.4.2.3. A quantidade é estimada e variável de acordo com a adesão por dos vereadores e dependentes.

2.4.2.4. A inclusão de vereadores e dependentes não incidem em alteração contratual e não alteram o valor contratado.

Previsão de execução do objeto em 2025															
Item	Quantidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun ¹	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	
1	127						38	72	72	72	72	72	72	470	
Previsão de execução do objeto em 2026															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	470	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	1994
Previsão de execução do objeto em 2027															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	1994	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	3518
Previsão de execução do objeto em 2028															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	3518	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	5042

¹ 72 servidores por 15 dias.

Previsão de execução do objeto em 2029															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulac
1	5042	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	6566

Previsão de execução do objeto em 2030															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulac
1	6566	127	127	127	127	127	64							699	7264

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referências:

3.2 Observações acerca da solução pretendida:

3.2.1. A Administração será a responsável pelo dispêndio de recursos financeiros para o pagamento das despesas relativas aos planos / seguros de saúde de seus servidores e garantirá o pagamento das despesas relativas aos vereadores e todos os dependentes cujo a despesa é de responsabilidade dos titulares.

3.2.2. Respeitada as disposições da legislação em vigor, os preços dos planos contratados pelos beneficiários da CMPR poderão ser objeto de reajuste, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses:

a) O reajuste ocorre quando a taxa de sinistralidade (relação entre o total das receitas das mensalidades recebidas no período de um ano e os custos totais das utilizações dos serviços médicos e hospitalares realizados pelo grupo de beneficiários no mesmo período) for inferior a **70% (setenta por cento)**, sendo uma reposição de custos diante da intensa utilização do plano, de modo que a operadora de plano de saúde possa continuar lhe atendendo com a mesma qualidade de sempre;

a.1) O índice de reajuste aplicável será a **VCMH/IESS** (Variação de Custos Médicos Hospitalares medida pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar) no período dos **12 (doze) meses** que antecedem a data base da contratação.

a.2) O índice será aplicado sobre o valor unitário de cada faixa etária e após feito o enquadramento dos usuários em suas respectivas faixas o valor total será

divido pelo número total de beneficiários onde se obterá o novo valor médio que irá vigorar pelos próximos **12 (doze) meses**.

3.2.3. A fórmula para calcula da mensalidade média esta descrita no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A presente licitação tem por objetivo a contratação de Operadora de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde Suplementar, para a prestação de assistência médica e hospitalar para os servidores e respectivos dependentes, conforme especificações contidas e descritas a seguir:

4.1.1. Plano de Assistência Médica Ambulatorial, Hospitalar e Obstétrica.

4.1.2. Assistência médica do tipo plano básico,

4.1.3. Sem coparticipação,

4.1.4. Acomodação em enfermaria,

4.1.5. Cobertura Regional (região Sul Fluminense) ou Superior, que englobe:

a) serviços médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos,

b) terapia e internações,

c) cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia,

d) exames complementares de alta complexidade e auxiliares de diagnóstico em geral, atendimento de urgência e emergência, todo o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), instituída pela Lei Federal nº 9.656 de 03 de Junho de 1998, vigente à presente data da licitação e suas posteriores alterações e regulamentações do setor.

4.1.6. O plano de assistência médica para o desenvolvimento nacional sustentável, deverá possuir ou implementar critérios de sustentabilidades, voltados para

redução do consumo de energia, reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente, descarte de insumos, reciclagem, maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

4.2 Especificação do objeto, plano de assistência médica ambulatorial, hospitalar e obstétrica:

4.2.1. Cobertura Geográfica: Regional ou Superior garantindo abrangência específica ao grupo dos municípios de Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda e Barra do Piraí, sob a denominação de região Sul Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.

4.2.2. Plano médico abrangido: a referência da licitação é o Plano de Saúde, modalidade Básico, sem coparticipação, acomodações em enfermaria. As operadoras deverão oferecer a opção de planos de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, inclusive obstétrica, compreendendo internações em enfermaria.

4.2.3. Rede Credenciada mínima:

a) Atendimento em, no mínimo, 02 (dois) hospitais gerais em cidade da Região Sul Fluminense, com estrutura mínima para grandes emergências e alta complexidade, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, sendo:

a.1) Região I: Mínimo de 01 (uma) unidade hospitalar entre as cidades de Itatiaia, Resende, Porto Real ou Quatis;

a.2) Região II: Mínimo de 01 (uma) unidade hospitalar entre as cidades de Barra do Piraí, Volta Redonda ou Barra Mansa.

a.3) O plano Médico deverá disponibilizar em cada região (I e II) citada acima, pelo menos:

a.3.1) Clínica cirúrgica com no mínimo 15 leitos;

a.3.2) Clínica médica e cardiológica com no mínimo 30 leitos;

a.3.3) Maternidade com no mínimo 10 leitos;

a.3.4) Pediatria com no mínimo 10 leitos;

a.3.5) UTI Adulto com no mínimo 15 leitos;

a.3.6) UTI Pediátrico e Neonatal com no mínimo 15 leitos;

a.3.7) Serviços de Hemodinâmica;

b) Atendimento em clínica de especialidades (tipo “policlínica”) pelo menos no município de Porto Real.

c) Atendimento em clínica de especialidades em cidades da Região Sul Fluminense.

d) Atendimento em Hospital ou Clínica Psiquiátrica com internação.

e) Credenciamento de no mínimo 100 (cem) médicos especialistas na Região Sul Fluminense, fornecendo a relação nominal de toda a rede credenciada com os respectivos endereços.

4.2.4. O atendimento da rede credenciada mínima será verificado pela PMPR, por meio da análise dos documentos encaminhados pelas empresas participantes do certame.

4.2.5. Deverão ser cobertos todos os procedimentos listados no Rol de procedimentos da ANS - RN nº 465/2021 e suas posteriores alterações, e em atendimento à Lei 9.656/98 e às especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e em suas atualizações.

4.2.6. Os casos de urgência/emergência não necessitarão de liberação prévia.

4.2.7. Os procedimentos que necessitam de autorização prévia da operadora deverão ser analisados pela CONTRATADA no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Neste prazo deverão ser fornecidas as autorizações ou as justificativas (por escrito) dos indeferimentos.

4.2.8. Nas internações estarão cobertas as despesas com fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, oxigênio, nutrição parenteral e enteral,

transfusões e demais materiais utilizados, conforme prescrição do médico assistente, ministrados durante o período de internação hospitalar, tudo até a alta hospitalar.

4.2.9. Transplantes de qualquer natureza, inclusive com cobertura das despesas para doadores vivos.

4.2.10. Psicoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, acupuntura, RPG e psicomotricidade, sem restrições ao quantitativo de sessões por beneficiário por ano de vigência do contrato e sem limite de idade.

4.2.11. Nos procedimentos, quando necessário, estarão inclusos também, toda e qualquer taxa, incluindo despesas com sala de cirurgia, eventos obstétricos, unidade de tratamento intensivo, aparelhagem, honorários médicos e todo pessoal necessário, serviços gerais de enfermagem e alimentação (incluso os gastos com alimentação dos acompanhantes, quando for o caso), bem como remoção de paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, em território brasileiro, tudo até a alta hospitalar.

4.2.12. O fornecimento de alimentação dietética, quando indicado, até a alta do paciente, não implicará em ônus adicionais ao beneficiário.

4.2.13. No atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas em prontos socorros e/ou hospitais, ficam garantidas consultas em todas as especialidades.

4.2.14. Ficam garantidas as seguintes coberturas:

4.2.14.1. Assistência pré-natal, obstétrica e neonatal, aqui incluídas patologias congênitas das crianças nascidas na vigência do contrato;

4.2.14.2. Cobertura para acidente do trabalho;

4.2.14.3. Remoção de paciente em ambulância, quando comprovadamente necessária ao atendimento coberto, e de acordo com a área geográfica de abrangência do plano;

4.2.14.4. Cobertura de despesas de acompanhante para pacientes menores de 18 (dezoito) anos e com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos;

4.2.14.5. Cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva sem limite de utilização de diárias;

4.2.14.6. Atendimento ambulatorial e hospitalar a portadores de dependências químicas, transtornos psiquiátricos e nos casos de diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98, relacionadas no CID 10 (ambulatorial e internamento), sendo a duração de seu tratamento conforme a necessidade atribuída pelo médico assistente.

4.2.15. É de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento integral das despesas aos prestadores de serviços (médicos, clínicas, hospitais, laboratórios, entre outros), respeitando os termos do presente edital e abrangendo, inclusive:

a) Consultas médicas, inclusive obstétricas para pré-natal, em número ilimitado e sem limite de valor;

b) Internação hospitalar, compreendendo hospitais, centro médicos, casas de saúde e em clínicas básicas e especializadas, sem limite de prazo, valor ou quantidade;

c) internação em UTI ou similar, sem limite de prazo, valor ou quantidade;

d) Cirurgias, em número ilimitado e sem limite de valor;

e) Exames médicos, em número ilimitado e sem limite de valor;

f) Serviços de diagnóstico, de tratamento e procedimentos clínicos e cirúrgicos, em número ilimitado e sem limite de valor.

g) Doenças crônicas;

h) Doenças e lesões pré-existentes, em conformidade com as disposições da ANS;

i) Doenças congênitas em conformidade com o disposto no Rol da ANS;

j) Doenças infectocontagiosas e endêmicas de notificação compulsória, inclusive AIDS;

k) Doenças de Senilidade, constantes da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - 11ª Revisão (CID-11), considerando sempre o ato normativo vigente;

l) Material de osteossíntese (placas, pinos, parafusos, hastes, pregos, telas cirúrgicas etc.), sem limite de quantidade ou valor;

m) Acidentes de Trabalho;

n) Atendimento de Urgência e Emergência;

o) Remoção do beneficiário, em ambulância, inclusive com UTI móvel, própria ou contratada, no percurso "hospital-hospital", para atendimento de urgência e emergência médicas em geral, sem limite de quantidade ou valor;

p) Assistência médica e hospitalar ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto ou à data oficial da adoção;

4.2.16. A CONTRATADA se obriga a cobrir, desde o momento da internação até a alta hospitalar, as seguintes despesas:

a) Diárias decorrentes da internação hospitalar, inclusive em UTI ou similar, UTI Neonatal, Unidade Coronariana e Unidade Respiratória;

b) Despesas com o uso de Centro Cirúrgico, de UTI ou similar, de UTI Neonatal, Unidade Coronariana e Unidade Respiratória, incluindo todo o material utilizado.

c) Diárias de maternidade e berçário;

d) Alimentação;

e) Serviços de Nutrição e Dietéticos;

- f) Serviços gerais de Enfermagem;
- g) Serviços de diagnóstico e de tratamento;
- h) Honorários Profissionais dos Médicos Assistentes relativos aos procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos;
- i) Taxa de internação, de sala de cirurgia, de sala de parto, de sala de gesso e de outras necessárias, incluindo os materiais utilizados (inclusive os descartáveis), inclusive material de Osteossíntese (entre outros: placas, fios, hastes, pregos, parafusos etc.), enxertos vasculares e telas cirúrgicas;
- j) Hemodiálise e Dialise;
- k) Sessões de quimioterapia, conforme solicitação médica;
- l) Exames específicos e complementares para a elucidação e indispensáveis para o controle da evolução da doença que motivou a internação, bem como as decorrentes, e para o seu tratamento, até a alta hospitalar;
- m) Medicamentos em geral, anestésicos, gases medicinais, transfusão de sangue e de seus derivados e/ou complementares, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, e outros procedimentos e serviços previstos que se fizerem necessários durante o período da internação;
- n) Toda e qualquer taxa e todo material logístico utilizado (aparelhos, artigos utilizados etc.), assim como as despesas decorrentes da remoção do beneficiário, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, por via terrestre;
- o) Diárias de acomodação de acompanhante, se for o caso;
- p) Clínicas médicas de urgência e emergência, quando solicitados e justificados pelo médico assistente;
- q) Demais despesas decorrentes da internação conforme normas vigentes.

4.2.17. Quando não houver acomodação hospitalar disponível de acordo com o Plano de Cobertura do beneficiário na Rede Credenciada da CONTRATADA, fica garantido o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional para o beneficiário;

4.2.18. A CONTRATADA não poderá criar, em quaisquer hipótese, restrições ao atendimento de beneficiário sob a alegação de doenças ou lesões preexistentes ou congênitas;

4.2.19. Não haverá limites de permanência para internações hospitalares em UTIs.

4.2.20. É assegurada a inscrição ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário como dependente isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias do nascimento ou da adoção, independente do beneficiário estiver ou não fazendo uso o plano.

4.2.21. Sempre que ocorrer descredenciamento ou extinção de convênios com consultórios clínicas especializadas, hospitais e outros serviços médicos, será obrigatória a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante novo credenciamento, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos em curso até o novo credenciamento, preservado o elevado nível de atendimento. Deverão ser comunicadas, em seguida, à CONTRATANTE as providências adotadas.

4.2.22. Haverá cobertura de transplante de rim e córnea, garantindo as despesas com os procedimentos vinculados, ou seja, todas aquelas necessidades à realização do transplante, incluindo: despesas assistenciais com doadores vivos, medicamentos utilizados durante a internação, acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção e as despesas com captação transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS.

4.2.23. Haverá cobertura a qualquer tratamento fonoaudiológico, psicológico e fisioterápico, inclusive hidroterapia e Terapia Ocupacional, conforme diretrizes de utilização determinadas pela ANS;

4.2.24. Haverá cobertura a qualquer tratamento/procedimento conforme diretrizes determinadas pela ANS;

4.2.25. A vencedora deverá apresentar comprovante de participação no Programa de Qualificação de Operadoras (PQO) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), demonstrando o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) igual ou superior a 0,65 no resultado divulgado para o ano de 2024, referência ano-base 2023.

4.3 Carência:

4.3.1. Não será exigida qualquer forma de carência se a inscrição do beneficiário ocorrer dentro 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

4.3.2. Findo o prazo disposto no **item 4.3.1**, a adesão será permitida, porém estará sujeita ao período de carência, até o limite máximo do disposto na Lei nº 9.656, de 1998 ou Ato normativo da ANS; exceto nos casos previstos no **item 4.3.3**.

4.3.3. Ficam excluídos de quaisquer carências:

a) Os beneficiários;

b) Aqueles que venham a adquirir a condição de beneficiário, nos termos do objeto deste contrato, após a assinatura do contrato, em função de nascimento, adoção, casamento, união estável, provimento em cargos efetivos e em comissão, guarda, tutela definitiva etc., desde que manifestada a opção pela inclusão em até 30 (trinta) dias contados da:

b.1) data de entrada em exercício do benefício titular da CMPR;

b.2) data de nascimento ou adoção do beneficiário dependente;

b.3) data do casamento do beneficiário titular para a inclusão do conjugue;

4.3.4. Fica garantida a opção de continuidade para manutenção do plano de servidores após a perda do vínculo empregatício com a CMPR, nas condições estabelecidas nas legislação em vigor, desde que assumam integralmente os custos diretamente com a operadora.

4.4 Dos Beneficiários:

4.4.1. São beneficiários dos serviços objeto da licitação:

a) o titular (servidor da CMPR ou vereador eleito no exercício do mandato da);

b) o cônjuge ou companheiro(a);

c) os filhos, inclusive enteados (solteiros), dos titulares, até 18 (dezoito) anos de idade ou, se estudantes, até 24 (vinte e quatro) anos de idade;

d) os filhos incapacitados para o trabalho, inválidos ou interditados por alienação mental, de qualquer idade, devidamente comprovado por junta médica oficial;

e) o menor, sob a guarda ou sob a tutela do titular, por força de decisão judicial, até 21 (vinte e um) anos de idade.

f) os ascendentes do titular, naturais ou por adoção até o primeiro grau de parentesco.

4.4.2. Não poderão ser beneficiários simultaneamente o cônjuge e o companheiro (a), salvo decisão judicial.

4.4.3. A estimativa de beneficiários é de 127 (cento e vinte e sete) titulares, conforme informação apresentada Documento de Formalização de Demanda apenso a este Termo de Referência.

4.4.3.1. Atualmente a quantidade de beneficiários contratados é de 95 (noventa e cinco) desta forma distribuídos:

a) 72 servidores

b) 16 dependentes de servidores

c) 4 vereadores

d) 3 dependentes de vereadores

4.4.4. O número de beneficiários pode variar ao longo do contrato, visto que a adesão é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano de saúde.

4.4.5. Caberá à CMPR a apresentação de documentos que comprovem o vínculo do servidor ativo e a relação de parentesco de seus dependentes.

4.4.6. Identificação dos beneficiários:

a) Os beneficiários (titulares e dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela CONTRATADA que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo programa de assistência à saúde;

b) Em caso de extravio da carteira de identificação, roubo, furto, incêndio ou enchente, devidamente comprovados por ocorrência policial, o custo da emissão de nova carteira será assumido integralmente pela CONTRATADA;

c) A carteira de identificação deverá ser devolvida pelo beneficiário quando da vigência da sua exclusão do programa;

d) Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão do programa serão única e exclusivamente do beneficiário.

4.4.7. Exclusão do beneficiário:

a) Os titulares serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:

a.1) Falecimento;

a.2) Cancelamento voluntário da inscrição;

a.3) Exoneração;

b) b) Os dependentes serão excluídos do programa de assistência à saúde nos seguintes casos:

b.1) Falecimento;

b.2) Exclusão do titular;

b.3) Perda das condições no **item 4.4.1**;

b.4) Solicitação do titular;

4.4.8. O titular responderá pela sua omissão quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no programa e após a vigência de sua exclusão do programa, serão de única e exclusiva responsabilidade do beneficiário, o qual deverá efetuar o ressarcimento diretamente à CONTRATADA.

4.5 Da adesão:

4.5.1. A adesão dos planos de assistência médica é facultativa e se dará na forma estabelecida neste Capítulo.

4.5.2. A adesão dos titulares será feita mediante a assinatura de um "Termo de Adesão", a ser fornecidas pela CONTRATANTE, no qual deve constar a opção pelos planos oferecidos pela CONTRATADA.

4.5.3. A adesão dos beneficiários poderá ser feita pelo respectivo beneficiário titular mediante a assinatura de um "Termo de Adesão", no qual deve constar pelos planos oferecidos pela CONTRATADA: Assistência Médica Plano de Saúde, modalidade Básico, acomodações em enfermaria ou superior conforme disponibilização da Contratada.

4.5.4. A adesão dos beneficiários dependentes no plano de assistência médica dar-se-á na mesma categoria do plano do respectivo beneficiário titular: Assistência Médica Plano de Saúde, modalidade Básico, acomodações em enfermaria ou superior conforme disponibilização da Contratada.

4.5.5. O servidor que optar por aderir ao plano de assistência médica terá a mensalidade fixa do mesmo suportada pela CMPR integralmente.

4.5.5.1. Será descontado do servidor titular 100% (cem por cento) do valor referente a seus dependentes, a ser descontado em folha de pagamento, devendo ser o mesmo valor praticado com a CMPR.

4.5.5.2. Será descontado do vereador que optar por aderir ao plano 100% (cem por cento) do valor referente ao valor do titular e de seus dependentes, a ser descontado em folha de pagamento, devendo ser o mesmo valor praticado com a CMPR.

4.5.6. O titular poderá optar por um plano superior (caso oferecido pela operadora), desde que arque com a diferença dos valores.

4.5.7. O servidor que optar pela adesão ao plano deverá arcar com as despesas da modalidade participativo conforme Anexo IV,

4.5.8. respeitando o presente instrumento e descontado em folha de pagamento mensal para cada servidor que aderir ao Plano de Saúde.

4.5.9. Os beneficiários já incluídos no plano, cujo beneficiário titular venha a falecer no período de vigência do contrato, poderão permanecer no plano, nos limites e condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, desde que arque com o custo total, efetuando o pagamento diretamente à operadora.

4.6 Da coparticipação:

4.6.1. Os serviços serão prestados SEM COPARTICIPAÇÃO, na modalidade de contratação coletivo empresarial.

4.6.2. Nos casos em que o colaborador mobilizado permanecer por tempo inferior a 30 (trinta) dias no Plano de Assistência à Saúde será efetuado o pagamento proporcional ao período de inclusão.

4.7 Da Subcontratação

4.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8 Da garantia da contratação

4.8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os **arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente de **8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) do valor anual da contratação**, o que corresponde a garantia da execução de pelo menos um mês do contrato.

4.8.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

a) A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência**, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

b) Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

c) A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

d) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

e) Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades

de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.8.1.2. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.8.1.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8.1.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8.1.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

a) O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.8.1.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.8.1.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.8.1.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.8.1.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.8.1.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

a) O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

b) Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.8.1.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

a) A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

b) A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.8.1.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.8.1.13. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.8.1.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.8.1.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência

4.9 Da vistoria:

4.9.1. Tendo em vista as particularidades do objeto a ser contratado, não será necessário a realização de vistoria/visita técnica para a devida prestação de serviços

4.10 Da participação de ME / EPP e assemelhados:

4.10.1. Não se aplicam as disposições do **art. 47 c/c art. 49, IV da Lei Complementar 123/2001**.

4.11 Da garantia do serviço:

4.11.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.12 Das considerações gerais:

4.12.1. No caso de eventuais alterações no Rol de Procedimentos publicado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, os beneficiários terão sua cobertura assegurada pelo Plano de Saúde definido neste Termo de Referência, independente de aditamento contratual.

4.12.2. A tolerância de qualquer uma das partes, em relação a eventuais infrações da outra, não importará em modificação contratual, novação ou renúncia a direito, devendo ser considerada mera liberdade da citada parte.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Regime de execução

5.1.1. O regime de contratação é o de **execução indireta** através de **empreitada por preço unitário**.

5.2 Prazo de vigência da contratação

5.2.1. O **prazo de início da execução do objeto** é de **um dia útil**, contados da assinatura do contrato para emergências e intimações e não haverá carência nos termos do Estudo Técnico Preliminar Anexo.

5.2.2. A vigência do contrato será de **5 (cinco) anos** a partir do início de sua vigência podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.3 Dinâmica da execução do objeto:

5.3.1. As carteirinhas deverão ser entregues na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Porto Real, à Avenida D. Pedro II, 1.550, Centro, Porto Real, CEP 27570-000.

5.3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

5.3.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

5.3.5. Os preços mensais por beneficiário deverão ser apresentados de acordo com a média obtida na proposta comercial, onde se incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos porventura incidentes, taxa de administração, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3.6. O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade não inferior a doze meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme o percentual autorizado pela ANS, conforme previsto na RN nº 557/2022 da ANS ou legislações posteriores que a substituam.

5.3.7. A contratada deverá:

5.3.7.1. Prestar os serviços, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas as condições e especificações estabelecidas neste termo.

5.3.8. Observar e cumprir, ainda, as disposições da Lei nº 9.656/98, bem como todas as Resoluções Normativas da ANS e demais determinações e orientações dos órgãos competentes, que sejam pertinentes ao objeto pretendido.

5.3.9. Arcar com todos os custos como, impostos, taxas, emolumentos, seguros e contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes da execução do contrato, de forma que os preços constantes da cláusula de pagamentos representem a única e exclusiva contraprestação pelos serviços prestados;

5.3.10. Emitir os cartões de identificação dos beneficiários, sem ônus para os beneficiários ou para a CMPR;

5.3.11. Efetuar o bloqueio de imediato, em casos de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, após solicitação da CMPR ou do empregado beneficiário.

5.3.12. Garantir o atendimento necessário, nos casos de ausência, inexistência ou impossibilidade de atendimento de prestador integrante da rede assistencial, nos termos da Resolução Normativa nº 555/2022.

5.3.13. Garantir o transporte de seus beneficiários a prestadores de serviços habilitados para o atendimento demandado, assim como seu retorno ao município da demanda pelo atendimento, observado, em cada caso, o que determina a Resolução Normativa nº 555 /2022.

5.3.14. Manter a relação de credenciados, substituindo os estabelecimentos que venham a se descredenciar por outro do mesmo porte e na mesma região, comunicando o fato a CMPR.

5.3.15. Prestar, por meio do preposto nomeado, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CMPR, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

5.3.16. Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados a CMPR e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades dos produtos e serviços ofertados, bem como por atos cometidos por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

5.3.17. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

5.3.18. Comunicar a CMPR qualquer anormalidade, relacionada ao objeto, verificada durante a execução do contrato.

5.3.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no ato convocatório, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

5.3.20. Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, em cuja a ocasião será verificada a regularidade da contratada junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, por meio das respectivas certidões, a serem emitidas através dos sítios eletrônicos correspondentes.

5.3.21. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, inclusive em relação à regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho.

5.3.22. Submeter-se à fiscalização da CMPR, na execução dos serviços, seguindo todas as orientações repassadas.

5.3.23. Atender aos requisitos da contratação.

5.3.24. Estar em consonância com Critérios e pratica de sustentabilidade.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para

apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.1.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.2. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as

glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.2.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6.2.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.6.3. Cabe ao gestor do contrato:

a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o **art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. *Advertência*, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. *Impedimento de licitar e contratar*, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. *Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. *Multa*:

7.2.4.1. *Moratória*, para as infrações descritas no item “d”, de **5% (cinco por cento) por hora** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **4 (quatro) horas**.

7.2.4.2. *Compensatória*, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (três por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. *Compensatória*, para a ***inexecução total do contrato*** prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. *Compensatória*, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no ÓRGÃO.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei nº 12.846, de 2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas

Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13 As sanções de ***impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar*** são passíveis de reabilitação na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021**.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 O recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

8.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em anexo.

8.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a)** não produzir os resultados acordados,
- b)** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c)** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor **do art. 143 da Lei nº 14.133, de**

2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2 Do recebimento:

8.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento.

8.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (Dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.2.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades

aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.2.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.2.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.2.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.2.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.3 Liquidação:

8.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.3.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

8.3.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.3.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.3.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.7. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.3.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.4 Do pagamento

8.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação** da despesa, conforme seção anterior.

8.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8.4.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado, podendo ser realizada através de chave PIX informada pela CONTRATADA.

8.4.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5 Da antecipação de pagamento

8.5.1. Não será permitida a antecipação de pagamento.

8.6 Da cessão fiduciária

8.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.6.2. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.6.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.6.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.6.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas

exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.6.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.7 Do reajuste:

8.8 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **maio de 2025**.

8.8.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da **VCMH/IESS** (Variação de Custos Médicos Hospitalares medida pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar), nos termos do **item 3.2.2**.

8.8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela variação dos últimos **doze meses** conhecida.

8.8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier(em) a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **pregão**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

9.2 A execução do objeto será continuada e entregue conforme a demanda.

9.3 Para fins de **habilitação**, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1. Para fim de **habilitação jurídica** os seguintes documentos apresentados deverão, conforme o caso e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

a) **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.2. Para a **habilitação fiscal, social e trabalhista** deverão ser apresentados os seguintes documentos

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** ou no Cadastro de Pessoas Físicas - **CPF**, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de

negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.2.2. O fornecedor enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará **dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.**

9.3.3. Para a **qualificação econômico-financeira** deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

c) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos**.

9.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.3.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de **10%(dez por cento)** do valor total estimado da parcela pertinente.

9.3.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.3.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.3.4. Para a **qualificação técnica** deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Registro ou inscrição da empresa na **entidade profissional competente**, em plena validade;

a.1) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

b) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

c) Declaração de que possui na rede própria ou credenciada Clínica de Especialidades no Município de Porto Real nas especificações mínimas previstas no Estudo Técnico Preliminar.

9.3.4.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.3.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor ou do fabricante nos casos de representação comercial.

9.3.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.3.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.3.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O **custo estimado** total da contratação, que corresponde ao **valor máximo aceitável**, é de **R\$ 6.937.265,28** (*seis milhões novecentos e trinta e sete mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos*) conforme custos unitários apostos na **Tabela 1** acima.

10.1.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.1.2. A metodologia do cálculo para estimativa do valor está prevista na “**Seção 13. Estimativa de Custo**” do Estudo Técnico Preliminar apenso a este termo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Porto Real.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Funcional: 1.031.0001-2.505 - PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES:
- b) Fonte de Recursos: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos
- c) Elemento: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

IVAN F. MARINHO JUNIOR

Diretor de Compras Licitações e Contratos
CPF 01391159780

Av. Dom Pedro II, 1.550 – Centro – Porto Real – CEP 27.570-000
Telefone (24) 3353-2600 – licitacao@cmportoreal.rj.gov.br – cmportoreal.rj.gov.br



Câmara Municipal de Porto Real/RJ

PODER LEGISLATIVO

APENSO 1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Eletrônico nº 518/2025

Contratação de solução para prestação de serviços de plano / seguro saúde com cobertura abrangendo pelo menos os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Resende, Piraí, Itatiaia e Quatis para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Porto Real/RJ, bem como seus dependentes, oferecendo assistência médica, hospitalar, ambulatorial e obstétrica.

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
19/05/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Equipe de Planejamento

INTRODUÇÃO

O **Ato 022/CMPR/2024** autoriza a aplicação do **Decreto Municipal n.º 3.026/2024** e dos regulamentos editados pelo poder executivo federal para aplicação da **Lei Federal n.º 14.133**, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações e dá providências correlatas.

De acordo com o **inciso XX do art. 6º da Lei Federal 14.133/2021**, o Estudo Técnico é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Nos termos do **art. 7º do Decreto Municipal n.º 3026/2024**, considera-se ETP como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao **anteprojeto**, ao **termo de referência** ou ao **projeto básico** a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

É dispensável a elaboração do ETP nos casos previstos, *numerus clausus* do **art. 9º do Decreto Municipal 3026/2024**.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 DO NÚMERO DO PROCESSO ELETRÔNICO

518/2025.

1.2 DA CATEGORIA

Prestação de serviços de terceiros

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de solução para prestação de serviços de plano / seguro saúde com cobertura abrangendo pelo menos os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Resende, Piraí, Itatiaia e Quatis para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Porto Real/RJ, bem como seus dependentes, oferecendo assistência médica, hospitalar, ambulatorial e obstétrica.

2.1 Motivação / Justificativa

A Câmara Municipal de Porto Real (CMPR) é órgão da Administração Pública direta que compõe o Poder Legislativo de Porto Real. Logo Como a natureza jurídica do CMPR é de órgão municipal, não sendo permitida a livre contratação, é primordial a realização de licitação para que seus servidores possam ser beneficiados com uma prestação de serviços de assistência à saúde de forma adequada e segura, propiciando qualidade no atendimento dos mesmos.

A CMPR possui atualmente em seu quadro funcional **72 servidores ativos, 11 vereadores e 18 dependentes** para os quais oferece benefícios com o objetivo de contribuir para a formação de um ambiente de trabalho saudável e adequado ao crescimento profissional, incentivando os colaboradores a realizarem suas tarefas com qualidade e satisfação, conforme autorizado pela **Resolução 250 de 25 de novembro 2015**.

O estudo em questão, trata da concessão de Assistência Médica Hospitalar para vereadores, servidores públicos efetivos, comissionado, e aos assessores parlamentares do Legislativo Municipal de Porto Real e seus dependentes legais.

A inclusão de vereadores e dependentes será facultativa e custeada integralmente pelos titulares, logo o número de vereadores e dependentes acima é uma estimativa de usuários, com base no cadastro de usuários atualmente beneficiários pelos serviços através do **Contrato Administrativo 005/20219**.

A contratação pretendida justifica-se em o benefício proporcionar segurança e tranquilidade aos servidores e edis da CMPR, no campo da saúde, tendo em vista que o acesso à assistência médica, hospitalar e ambulatorial ofertada por órgãos públicos, ainda que garantida constitucionalmente, não satisfazem as necessidades existentes daqueles que o necessitam na presente conjuntura nacional.

Justifica ainda a contratação, o fato de a assistência à saúde prestada pelos planos ou seguros privados, embora apresente suas deficiências, é considerada no Brasil como o melhor atendimento médico-hospitalar e ambulatorial prestados às pessoas assistidas.

Nesse contexto, a intenção precípua da CMPR é oferecer uma assistência à saúde eficiente e digna, seja na atividade funcional, seja na vida privada, e evitar ou minimizar os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho funcional.

Em razão do objeto a ser contratado e dado a sua essencialidade, justifica-se a contratação do serviço de forma **contínua e ininterrupta**, garantindo a continuidade dos serviços, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão e a necessidade de garantir o acesso à rede de saúde aos empregados.

Assim, a contratação em tela poderá estender-se por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção poderá comprometer o cumprimento da missão institucional.

O plano de assistência médica deverá proporcionar aos empregados do CMPR melhores condições para o cuidado com a saúde, tanto sob a perspectiva de cuidados preventivos quanto de tratamentos que porventura sejam necessários, como em casos de acometimento de moléstia ou acidente, de acordo com os casos previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e no futuro Termo de Referência

A abrangência da cobertura deverá ser no mínimo estadual, devido ao fato de os servidores realizarem cursos na capital e podem realizar diligências em todos os

municípios do estado do Rio de Janeiro, havendo, portanto, a necessidade de garantia de atendimento médico hospitalar *in continenti* aos casos de urgência e emergência. caso o servidor necessite, podendo ser oferecido plano de saúde com cobertura nacional.

O plano de assistência médica para o desenvolvimento nacional sustentável, deverá possuir ou implementar critérios de sustentabilidades, voltados para redução do consumo de energia, reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente, descarte de insumos, reciclagem, maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1 Área Requisitante:

Divisão de Administração de Benefícios, Previdência e Recursos Humanos
- DABPRH

3.2 Responsável pela demanda

Lanna do Nascimento Farias, 144.576.457-10, Chefe da Divisão de Administração de Benefícios, Previdência e Recursos Humanos - DABPRH.

4. REQUISITOS DO NEGÓCIO

A empresa contratada deverá prestar os serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência regional ou nacional, padrão quarto tipo enfermaria com no máximo 2 (dois) leitos, na modalidade de contratação coletivo empresarial.

A prestação dos serviços, é de caráter continuado, de Plano de Assistência Médica de natureza coletiva empresarial, sem carência, nas segmentações ambulatorial, hospitalar e obstétrica, com cobertura em todo estado do Rio de Janeiro e, nos casos de urgência e emergência, em todo o território nacional, incluída a cobertura assistencial, para os empregados da CMPR e seus dependentes, sendo facultativa a adesão ao plano por

parte dos dependentes, com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência ao término da vigência contratual, conforme especificações.

A contratação deverá ser realizada em conformidade com as legislações e normas pertinentes em vigor, em consonância com as justificativas formuladas no Documento e Formalização da Demanda (DFD), nas quantidades e demais condições de execução a serem estabelecidas neste estudo e no Termo de Referência.

4.1. DO SEGMENTO

Plano médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia. Tipo de Acomodação: quarto coletivo/enfermaria.

4.2. DA ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Regional e Nacional para casos de urgência e emergência.

4.3. DA MODALIDADE

Sem Coparticipação.

4.4. DO FORMATO

Adesão opcional, sendo que o pagamento das despesas relativas aos servidores correrá por conta da fazenda pública e das despesas relativas aos vereadores e todos os dependentes serão garantidas pela CMPR com posterior desconto nos respectivos subsídios e remuneração dos titulares.

4.5. DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO:

nos termos da Resolução 250/2015 serão beneficiários os Vereadores, os Servidores Públicos Efetivos, os Comissionados, e os Assessores Parlamentares da Câmara Municipal de Porto Real, e seus dependentes diretos, cônjuges e os assim reconhecidos pela legislação.

4.6. DOS REQUISITOS GERAIS

O plano de assistência à saúde poderá ser realizado por rede própria, cooperada ou credenciada, devendo atender as exigências da **Lei nº 9.656/98** e da **Resolução Normativa – RN nº 465** da **Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS**, bem como das resoluções que venham a atualizar esta, e demais normas da ANS e dispor, quando mais vantajosa ao beneficiário, as coberturas assistenciais mínimas discriminadas nos atos Normativos Regulamentares da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Serão cobertos pela Contratada exames e/ou procedimentos solicitados por profissional devidamente qualificado, ainda que este não integre a rede própria ou credenciada da operadora ou da seguradora nos termos da legislação vigente.

A Contratada deverá disponibilizar, quando necessário, todo o tratamento ambulatorial e de internação hospitalar, conforme legislação vigente e normativos da ANS, para transtornos psiquiátricos crônicos, de crise e dependência química.

A Contratada deverá fornecer, mensalmente, arquivos informatizados e extratos demonstrativos, de acordo com o formato a ser definido pelas partes, referente à utilização de assistência médica por titulares e dependentes, de forma analítica, sintética e geral, discriminando todos os serviços realizados, para fins de gerenciamento interno da CMPR.

Os serviços contratados serão prestados de forma contínua aos beneficiários mediante apresentação de cartão personalizado, com data de validade, independentemente de comprovação de pagamento ou de prévia autorização, bem como do local onde se encontre o beneficiário, principalmente em casos de urgência e/ou emergência.

Caso o beneficiário não esteja de posse de seu cartão de identificação o prestador de serviços deverá efetuar a verificação do cadastro junto da Operadora do Plano de Saúde ou Seguradora de Assistência à Saúde.

O cartão poderá ser substituído por cartão eletrônico disponibilizado 24 horas por dia, 7 dias por semana através de aplicativo da operadora dos serviços a ser disponibilizado pela contratada.

Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e /ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, decorrentes ou não

de acidente de trabalho, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico e tratamento de rotina e especializado.

É vedada a carência e a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de assinatura do contrato decorrente deste instrumento ou das adesões realizadas e até **30 (trinta) dias** do início do vínculo no caso de servidores, do mandato no caso de vereadores ou do ato que gerou a dependência.

Durante a vigência contratual poderá haver variação da quantidade de beneficiários cadastrados, bem como das faixas etárias.

Os beneficiários terão direito à livre escolha dos médicos, hospitais, pronto socorro, laboratórios e outros serviços complementares de diagnóstico e terapia pelos quais serão atendidos, constantes na lista credenciada da Operadora de Plano de Saúde ou Seguradora de Assistência à Saúde. Por esse sistema, os beneficiários utilizam os serviços da Lista de Prestadores Referenciados/Credenciados, dentro dos padrões contratuais.

Para informações médicas, hospitalares e administrativas aos beneficiários, bem como para autorizações de procedimentos, quando exigido, a Contratada deverá dispor de plantão de atendimento telefônico gratuito **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, inclusive sábados, domingos e feriados.

A Contratada deverá disponibilizar Guia Médico Eletrônico, de fácil acesso, tanto da rede local quanto da rede nacional credenciada, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, centros médicos, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente.

Guia Médico poderá ser disponibilizado na forma eletrônica através de endereço eletrônico a ser informado pela Contratada ou aplicativo para os sistemas operacionais Androide e iOS.

4.1 Interdependência com outras contratações:

Não há

5. REQUISITOS TECNOLÓGICOS

Não há

6. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

6.1 DA REDE DE ATENDIMENTO

A contratada deve dispor e manter uma rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, no mínimo regional, em todo o estado do Rio de Janeiro, composta por médicos, laboratórios, clínicas, maternidades e hospitais que atendam, de forma suficiente, os beneficiários do plano de assistência médica. Devendo atender as exigências da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa – RN nº 465, bem como das resoluções que venham a atualizar esta, e demais normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Contratada deverá garantir o atendimento em, no mínimo, **02 (dois) hospitais gerais em cidade da Região Sul Fluminense**, com estrutura mínima para grandes emergências e alta complexidade, **24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana**, devendo garantir a assistência nos seguintes municípios, tendo em vista serem áreas onde os funcionários residem:

Região I: Mínimo de **uma unidade hospitalar** entre as cidades de Porto Real, Itatiaia, Resende ou Quatis;

Região II: Mínimo de **uma unidade hospitalar** entre as cidades de Pitaí, Barra do Piraí, Volta Redonda ou Barra Mansa.

O plano Médico deverá disponibilizar em cada região (I e II) citada acima, pelo menos:

- Clínica cirúrgica com no mínimo 15 leitos;
- Clínica médica e cardiológica com no mínimo 30 leitos;
- Maternidade com no mínimo 10 leitos;
- Pediatria com no mínimo 10 leitos;
- UTI Adulto com no mínimo 15 leitos;

- UTI Pediátrico e Neonatal com no mínimo 15 leitos;
- Serviços de Hemodinâmica;

Além dos hospitais a Contratada deverá garantir ainda:

- Atendimento em clínica de especialidades em cada uma das cidades da Região Sul Fluminense que compreende os municípios de Porto Real, Itatiaia, Resende, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda e Barra do Piraí.
- Atendimento em Hospital ou Clínica Psiquiátrica com internação.
- Credenciamento de no mínimo **100 (cem) médicos especialistas** na Região Sul Fluminense, fornecendo a relação nominal de toda a rede credenciada com os respectivos endereços.

Caso haja necessidade de atendimento em local onde não exista rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada da contratada ou nos casos de urgência ou emergência (inclusive fora do estado do Rio de Janeiro), quando não for possível a utilização dos serviços próprios, credenciados, cooperados ou referenciados, observado o disposto no **art. 13 da Resolução Normativa ANS nº 428, de 07/11/2017**, depois de exauridas as hipóteses previstas na **Resolução Normativa ANS nº 259, de 17/06/2011** e na legislação vigente os beneficiários poderão ser atendidos em estabelecimento médico a que tiverem acesso, solicitando, posteriormente, o **reembolso integral** na contratada, mediante a apresentação de **recibo de pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** a contar da data da protocolização do pedido na contratada.

Para os casos de atendimento fora do estado do Rio de Janeiro, nas situações de urgência e emergência, aplica-se o disposto no item anterior.

A licitante interessada em participar deste certame deve se comprometer com a formação de ampla rede de atendimento, no estado do Rio de Janeiro, (própria, credenciada, referenciada ou cooperada), sem prejuízo da utilização do sistema de reembolso integral, até que seja formada rede capaz de atender às necessidades dos servidores da CMPR e de seus dependentes que optarem por aderir ao plano, em conformidade com a legislação vigente e as normas expedidas pela ANS.

Deverá ser assegurado aos beneficiários do plano, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou clínicas próprios ou credenciados da contratada, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional.

6.2 DA APRESENTAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Os endereços e contatos telefônicos da rede de atendimento própria, credenciada e referenciada deverão ser disponibilizados em sítio eletrônico ou através de outro meio eficaz de divulgação aos beneficiários.

A contratada deve, ainda, disponibilizar número de telefone para discagem direta gratuita para contato dos beneficiários.

6.3 DAS COBERTURAS E PROCEDIMENTOS GARANTIDOS

A prestação de serviços de saúde deve englobar o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes, nos termos da **Lei 9.656 de 3 de junho de 1998** e atualizações devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – **ANS** garantindo o descrito no **Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde** da ANS em conformidade com a rede própria, credenciada, contratada, referenciada ou cooperativa

Está incluída a prestação de serviços aos beneficiários de assistência médica, paramédica, hospitalar e obstétrica, ambulatorial e laboratorial, com atendimento de urgência e emergência de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas e hospitais, reconhecidos pelo **Conselho Federal de Medicina - CFM**, e previstas no presente instrumento, incluindo atendimento de emergência **24 (vinte e quatro) horas, em todos os dias da semana**, conforme Rol de cobertura da ANS.

Os serviços poderão ser executados pelos estabelecimentos e profissionais parceiros, conveniados, referenciados, credenciados e/ou próprios da empresa Contratada, sem limite de consultas e exames de métodos complementares, de

internamentos em apartamentos ou em Unidade de Terapia Intensiva – UTI e Semi-intensiva.

A Contratada deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia com indicação do prazo máximo para emitir as referidas autorizações.

Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e /ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, decorrentes ou não de acidente de trabalho, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico e tratamento de rotina e especializado. Apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo consultas com fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, solicitados e indicados pelo médico assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar.

Além das especialidades médicas e cirúrgicas relacionadas no Rol da ANS, deverão estar compreendidas as reconhecidas pelos órgãos que regulamentam a atividade de Plano de Saúde – ANS - Agência Nacional de Saúde, inclusive aquelas que as modernas tecnologias forem disponibilizando e que representem fatores de economia e maior segurança para o beneficiário do plano, tudo na conformidade da **Lei nº. 9.656/98** e demais normas pertinentes, desde que possuam o **CID** (Código Internacional de Doenças).

A Contratada não poderá criar em quaisquer hipóteses restrições ao atendimento de beneficiário sob a alegação de doenças ou lesões preexistentes ou congênitas.

A cobertura hospitalar compreende os atendimentos em unidade hospitalar, (não podendo ser somente em clínicas e hospitais próprios da licitante, devendo a operadora ou seguradora possuir convênios com outras clínicas da Capital e Interior do estado do Rio de Janeiro), em regime de internação, inclusive cobertura dos procedimentos relativos ao atendimento pré-natal, da assistência ao parto, e os atendimentos caracterizados como urgência e emergência, e inclui:

- Internação hospitalar, sem limitação de prazo, valor e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, relacionada às especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

- Internação hospitalar em centro de terapia intensiva, ou similar, sem limitação de prazo, valor e quantidade, a critério do médico assistente;

- Diária de internação hospitalar;

- Despesa referente a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação durante o período de internação;

- Exames complementares indispensáveis para controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

- Taxas e materiais utilizados durante o período de internação e relacionadas com o evento médico;

- Acomodação e alimentação fornecidas pelo hospital ao acompanhante do beneficiário **menor de 18 (dezoito) anos**, do **maior de 60(sessenta) anos**, da **mulher no pré-parto e pós-parto imediato** e dos **portadores de necessidades especiais** quando houver indicação do médico assistente, nas mesmas condições da cobertura do Plano/Seguro Saúde, exceto no caso de UTI ou similar, quando não for possível o acompanhamento.

- Cirurgia plástica reparadora;

- Procedimentos relativos ao pré-natal e a assistência ao parto;

- Assistência ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do titular ou seu dependente, durante os primeiros 30(trinta) dias após o nascimento;

- Cirurgia plástica reconstrutiva de mama, para o tratamento de mutilação decorrente de utilização técnica de tratamento de câncer;

- Cobertura de transplante de córnea e rim, bem como o de transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde editado pela ANS, além das despesas com seus procedimentos vinculados, abaixo

relacionados, quando couber, sem prejuízo da legislação específica que normatiza esses procedimentos:

- As despesas assistenciais com doadores vivos;
- Os medicamentos utilizados durante a internação;
- O acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção;
- As despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS.

Em caso de indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos próprios, contratados, referenciados, cooperados ou credenciados pela Contratada, na acomodação em que o beneficiário foi inscrito, a operadora ou seguradora deverá lhe garantir acesso em acomodação superior até que haja disponibilidade do leito conforme acomodação contratada, momento em que será providenciada a transferência às expensas da Contratada.

A escolha de prestação de serviços será de livre arbítrio do beneficiário, dentre a relação de profissionais, de hospitais, de centros médicos, de clínicas, básicas e especializadas, de laboratórios, dentre a rede própria, contratada, cooperada, referenciada e/ou credenciada ofertada pela contratada, não podendo o atendimento ser somente em hospitais da própria operadora.

Será ainda garantida aos beneficiários a cobertura trazida **pelo art. 12, III, a, b, VII, da Lei Federal nº 9.656/1998**, em conformidade com as demais normas regulatórias da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Não haverá Cobertura Parcial Temporária, nos casos de Doenças ou Lesões Preexistentes, desde que o Contratante faça a ***inclusão do beneficiário em até 30 (trinta) dias de sua vinculação ao contratante ou do evento que o elege para ser beneficiário dependente.***

Não estão cobertos pelo Plano de Assistência à Saúde Suplementar os exames admissionais, periódicos, demissionais ou equivalentes.

A critério da contratada, poderá haver a necessidade de autorização prévia para marcação de exames.

Aplicam-se, ainda, aos casos de coberturas assistenciais, plano ambulatorial, plano hospitalar e plano hospitalar com obstetrícia as disposições da **Resolução Normativa nº 428/2017 da ANS**.

Além das especialidades médicas e cirúrgicas relacionadas no Rol da ANS, deverão estar compreendidas as reconhecidas pelos órgãos que regulamentam a atividade de Plano de Saúde – ANS - Agência Nacional de Saúde, inclusive aquelas que as modernas tecnologias forem disponibilizando e que representem fatores de economia e maior segurança para o beneficiário do plano, tudo na conformidade da **Lei nº. 9.656/98** e demais normas pertinentes, desde que possuam o **CID** (Código Internacional de Doenças).

A contratada deverá fornecer, mensalmente, arquivos informatizados e extratos demonstrativos, de acordo com o formato a ser definido pelas partes, referente à utilização de assistência médica por titulares e dependentes, de forma analítica, sintética e geral, discriminando todos os serviços realizados, para fins de gerenciamento interno da CMPR.

6.4. DAS EXCLUSÕES DE COBERTURA

Referente às exclusões de cobertura de assistência médica, seguem as devidas observações:

- As exclusões de cobertura deverão apresentar-se em conformidade com o previsto na **Lei Federal nº 9.656/1998**, e nas **Resoluções Normativas da ANS**, respeitando-se as coberturas mínimas obrigatórias dispostas na citada legislação.
- São excluídos da cobertura do Plano de Assistência Médica os eventos e despesas decorrentes de: Tratamento clínico ou cirúrgico experimental;
- Atendimentos prestados antes do início do período de vigência;
- Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, inclusive órteses e próteses com a mesma finalidade.
- Cirurgia plástica estética de qualquer natureza;
- Inseminação artificial;
- Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

- Tratamentos com centros de SPAS, clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, casas sociais e clínicas de idosos;
- Transplantes, à exceção de córnea, rim e os transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS;
- Fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico, bem como próteses, órteses e seus acessórios que sejam importados;
- Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico e legal, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;
- Casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
- Necropsias, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;
- Especialidades médicas não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

Poderão ser excluídas da cobertura os itens que abrangem as exceções elencadas **no art. 10 da Lei nº 9.656/1998** e os itens constantes **§1º do artigo 20 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017**, ou aqueles que vierem a substituí-los.

6.5. DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A abrangência geográfica dos serviços de assistência à saúde será, no mínimo, para a Região das Agulhas Negras, comprometendo-se a empresa contratada a disponibilizar atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional, conforme definições abaixo:

- As definições de urgência e emergência estão contidas na regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- Quando houver carência em vigor e necessidade de atendimento de urgência e emergência o beneficiário terá garantida a cobertura igualmente a fixada para atendimento ambulatorial, sem cobertura de internação, limitado às **primeiras 12 (doze) horas ou até que ocorra a necessidade de internação.**

- O atendimento de urgência e emergência decorrente de acidente pessoal será garantido, sem restrições, após decorridas **24 (vinte e quatro) horas da vigência do contrato.**

6.6. DO REEMBOLSO

Em caso de necessidade de atendimento em localidade onde não exista rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada os beneficiários poderão ser atendidos em estabelecimento médico a que tiverem acesso, após esgotadas as hipóteses previstas na **Resolução Normativa ANS nº 259/2011** e na legislação vigente, solicitando, posteriormente, o **reembolso integral à contratada**, mediante a apresentação de recibo de pagamento e de documentação que comprove a prestação de atendimento.

Respeitadas as determinações da ANS, caberá aos beneficiários o reembolso de **100% (cem por cento) das despesas** efetuadas com consultas, exames, honorários médicos e serviços hospitalares, com medicamentos e materiais utilizados durante o período de internação e com as demais taxas hospitalares, nas seguintes hipóteses:

- despesa efetuada nas localidades em que a Contratada não dispuser de rede médico-hospitalar, laboratorial e serviços complementares ao diagnóstico e terapia, credenciada, referenciada ou própria, capaz de atender os serviços contratados,
- em situações de greve, paralisações ou outras que impeçam o atendimento pela rede própria, referenciada ou credenciada da Contratada.
- nos casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços na rede própria, credenciada ou referenciada da Contratada, aqueles como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesão irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente.
- urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.
- emergência, como tal definidos os que implicarem em risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente.

O reembolso deverá ser realizado pela contratada diretamente na conta do beneficiário, no prazo **máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir da protocolização do pedido com todos os documentos exigidos pela contratada, necessários à comprovação do atendimento e dos gastos, nos termos da **Resolução Normativa ANS nº 259 de 24/11/2011**.

A contratada não poderá criar embaraço à efetivação do reembolso, requisitando documentação que extrapole a necessidade de comprovação do atendimento e dos gastos dela decorrente.

O prazo para o beneficiário requerer o reembolso é de até **12 meses, contados a partir da data em que ocorreu o evento médico**, ou, no caso de internação, contados a partir da data da alta hospitalar.:

6.7. DA CARÊNCIA

Não haverá limitações de idade e quaisquer carências para os beneficiários, incluindo os dependentes, **inscritos nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência do contrato**.

Não haverá carência para os novos servidores, vereadores suplentes, recém-nascidos, filhos naturais, adotivos e dependentes resultante de casamentos, ocorridos na vigência do contrato que aderirem ao plano de saúde no prazo de **30 (trinta) dias da ocorrência do evento**, observando-se, em todo caso, o disposto na **Resolução Normativa ANS nº 195, de 14/07/2009**.

6.8. DA COPARTICIPAÇÃO

Os serviços serão prestados **SEM COPARTICIPAÇÃO**, na modalidade de contratação coletivo empresarial.

Nos casos em que o colaborador mobilizado permanecer por tempo inferior a **30 (trinta) dias** no Plano de Assistência à Saúde será efetuado o pagamento proporcional ao período de inclusão.

6.9. QUADRO DE USUÁRIOS DA CMPR

O grupo de usuários do plano será constituído, inicialmente, por aproximadamente **95 (noventa e cinco) vidas**, distribuído conforme faixas etárias relacionadas na tabela de grupo de usuários, sendo de caráter **estimativo**.

Entretanto a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Porto Real, **Lei Municipal 767, de 2021** prevê **127 vagas** sendo: **75** Cargos de Provimento Legislativo Efetivo (CPLE), **19** Cargos de Livre Provimento em Comissão Legislativa (CCL) e **33** Cargos de Assessoramento Legislativo (CAL), sendo que a despesa relativa com estes servidores será custeada pelos cofres públicos.

Durante a vigência do contrato **poderão haver alterações**, considerando a mudança de faixa etária dos empregados e seus dependentes, a adesão ou não do referido plano de saúde.

O plano de saúde será extensivo aos dependentes dos servidores e vereadores, assim como aqueles admitidos como tal pela legislação do Imposto de Renda.

Para informações médicas, hospitalares e administrativas aos beneficiários, bem como para autorizações de procedimentos, quando exigido, a Contratada deverá dispor de plantão de atendimento telefônico ou via chat, gratuito **24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados**.

A Contratada deverá disponibilizar Guia Médico Eletrônico, de fácil acesso, tanto da rede local quanto da rede nacional credenciada, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, centros médicos, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente.

Até a entrega efetiva dos cartões/carteiras de beneficiários, a Contratada deverá disponibilizar o número do benefício cadastrado e/ou aplicativo de modo que o beneficiário possa utilizar o plano apenas com a apresentação de documento de identificação.

6.10. DOS CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO

A contratada deverá emitir os cartões de identificação para todos os beneficiários, em até **30 (trinta) dias**, contados da inscrição dos usuários no plano.

A Contratada deverá entregar os cartões e/ou carteiras de beneficiário na Divisão de Administração de Benefícios, Previdência e Recursos Humanos, na Casa Legislativa Dr. Pedro Silva, sede administrativa da Câmara Municipal de Porto Real, à Avenida D. Pedro II, 1.550, Centro, Porto Real, CEP 27570-000.

Os cartões devem ser embalados individualmente e com identificação nominal, acompanhado dos cartões dos seus dependentes

Até a entrega efetiva dos cartões/carteiras de beneficiários, a Contratada deverá disponibilizar o número do benefício cadastrado e/ou aplicativo de modo que o beneficiário possa utilizar o plano apenas com a apresentação de documento de identificação.

6.11 DA ADOÇÃO DE ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

A prestação de serviços de plano de assistência médica é essencial para a preservação da saúde dos empregados da CMPR e de seus dependentes, há de se ter, portanto, prudência para que a contratação da empresa, observado em todo caso os princípios licitatórios, seja capaz de honrar as obrigações assumidas pelo prazo mínimo de 12 (meses) e, na melhor das hipóteses, verificada a vantajosidade para a Administração, **prorrogável por até 10 anos**, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

Isto posto, para apuração da boa saúde financeira da empresa, será utilizado como critério de qualificação econômico-financeira os índices, formulas e resultados previstos na **Instrução Normativa nº 3/2018 do MPOG, art. 22**:

$$LG = \frac{AC + RaLP}{PC + PnC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PnC}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

- LG = Liquidez Geral (LG)
- AC = Ativo Circulante
- RaLP = Realizável a Longo Prazo
- PC = Passivo Circulante
- PnC = Passivo Não Circulante
- SG = Solvência Geral
- AT = Ativo Total
- LC = Liquidez Corrente

Os índices dos resultados apurados ***não poderão ser inferiores a 1 (um)***.

Atualmente os referidos índices são amplamente utilizados pela Administração Pública em seus editais de licitação, trata-se de medida preventiva através da qual se busca evitar contratações que acarretem risco e prejuízos ao erário.

A matéria também já passou pela análise do Tribunal de Contas da União que não se opôs à sistemática adotada, pelo contrário, inclusive, expediu, através do ***Acórdão nº 1214/2013 – Plenário***, orientação à ***Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento*** para que incorporasse, dentre outros temas, os referidos índices de qualificação econômico-financeira no texto ***da IN/MP 2 /2008***, que atualmente está revogada, porém a matéria está disciplinada na ***Instrução Normativa nº 3/2018 do MPOG***, conforme já mencionado supra. Indicou, ainda, a necessidade de se justificar os motivos da exigência dos índices, e isto é o que se demonstra neste estudo.

Por fim, deve ser considerado, ainda, que a proposta mais vantajosa não corresponde tão somente ao menor preço, sendo outros requisitos tão ou mais relevantes quanto este, como a execução regular das obrigações e cumprimento do prazo de vigência da avença, pois de nada aproveitaria a contratação com preço reduzido, em que a contratada não dispusesse de capacidade para cumprir as condições e as obrigações pactuadas.

Na verdade, contratações interrompidas por responsabilidade da contratada causam deveras prejuízos à Administração, como transtorno causado pela cessação do serviço essencial e pelos gastos de materiais, de mão de obra e de publicações oficiais decorrentes de um novo processo licitatório.

6.12. DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO

A contratação do serviço, objeto deste documento, tem amparo legal na **Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Benefícios diretos e indiretos:

Quanto à natureza, o objeto se configura precipuamente como um serviço comum e de natureza continuada, devido às características de essencialidade e habitualidade que a CONTRATANTE tem de mantê-los.

A interrupção pode comprometer a assistência à saúde dos funcionários e, conseqüentemente, a continuidade das atividades da administração.

A contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua manutenção é imprescindível, uma vez que está voltado ao cuidado com a saúde do funcionário e busca:

- Aumentar a satisfação dos funcionários;
- Prevenir problemas e doenças e reduzir o absenteísmo;
- Proporcionar mais acesso aos tratamentos médicos;
- Melhorar a percepção da saúde global dos funcionários;
- Reter talentos Além da Medicina Preventiva.

Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.13. DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

7. ESIMATIVA DA DEMANDA

O Contrato vigente possui a seguinte lista de beneficiários (dados pessoais omitidos de acordo com a LGPD):

Data de Nascimento	Idade	Faixa Etária	Tipo	Lote
08/08/2006	18	00 - 18	Titular	Servidor
28/07/2005	19	19 - 23	Titular	Servidor
28/09/2003	21	19 - 23	Titular	Servidor
26/02/2003	22	19 - 23	Titular	Servidor
03/04/2002	23	19 - 23	Titular	Servidor
19/05/2000	24	24 - 28	Titular	Servidor
03/08/2000	24	24 - 28	Titular	Servidor
23/02/2000	25	24 - 28	Titular	Servidor
16/10/1998	26	24 - 28	Titular	Servidor
11/05/1997	28	24 - 28	Titular	Servidor
02/01/1998	27	24 - 28	Titular	Servidor
19/05/1996	28	24 - 28	Titular	Servidor
21/11/1996	28	24 - 28	Titular	Servidor
06/09/1995	29	29 - 33	Titular	Servidor
01/04/1996	29	29 - 33	Titular	Servidor
28/03/1995	30	29 - 33	Titular	Servidor
21/07/1993	31	29 - 33	Titular	Servidor
21/10/1993	31	29 - 33	Titular	Servidor
07/12/1993	31	29 - 33	Titular	Servidor
25/06/1992	32	29 - 33	Titular	Servidor
04/07/1992	32	29 - 33	Titular	Servidor
18/08/1992	32	29 - 33	Titular	Servidor
27/09/1991	33	29 - 33	Titular	Servidor
10/10/1991	33	29 - 33	Titular	Servidor
28/02/1991	34	29 - 33	Titular	Servidor
08/12/1990	34	34 - 38	Titular	Servidor
08/11/1989	35	34 - 38	Titular	Servidor
14/12/1989	35	34 - 38	Titular	Servidor
20/07/1989	35	34 - 38	Titular	Servidor
01/10/1988	36	34 - 38	Titular	Servidor
20/11/1986	38	34 - 38	Titular	Servidor
29/10/1986	38	34 - 38	Titular	Servidor
29/12/1984	40	39 - 43	Titular	Servidor
18/07/1984	40	39 - 43	Titular	Servidor
31/07/1984	40	39 - 43	Titular	Servidor

Data de Nascimento	Idade	Faixa Etária	Tipo	Lote
05/03/1985	40	39 - 43	Titular	Servidor
28/09/1983	41	39 - 43	Titular	Servidor
13/08/1983	41	39 - 43	Titular	Servidor
03/04/1984	41	39 - 43	Titular	Servidor
17/06/1982	42	39 - 43	Titular	Servidor
06/03/1983	42	39 - 43	Titular	Servidor
01/01/1983	42	39 - 43	Titular	Servidor
31/07/1981	43	39 - 43	Titular	Servidor
16/01/1982	43	39 - 43	Titular	Servidor
21/05/1981	43	39 - 43	Titular	Servidor
15/10/1980	44	44 - 48	Titular	Servidor
15/12/1980	44	44 - 48	Titular	Servidor
29/12/1980	44	44 - 48	Titular	Servidor
07/07/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
25/09/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
10/09/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
27/08/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
03/10/1979	45	44 - 48	Titular	Servidor
25/11/1978	46	44 - 48	Titular	Servidor
26/11/1978	46	44 - 48	Titular	Servidor
17/11/1978	46	44 - 48	Titular	Servidor
09/05/1976	49	49 - 53	Titular	Servidor
26/07/1974	50	49 - 53	Titular	Servidor
31/08/1972	52	49 - 53	Titular	Servidor
13/04/1973	52	49 - 53	Titular	Servidor
26/03/1973	52	49 - 53	Titular	Servidor
03/09/1971	53	49 - 53	Titular	Servidor
21/05/1970	54	54 - 58	Titular	Servidor
10/12/1967	57	54 - 58	Titular	Servidor
27/03/1966	59	59 - ...	Titular	Servidor
20/01/1965	60	59 - ...	Titular	Servidor
22/10/1964	60	59 - ...	Titular	Servidor
23/03/1964	61	59 - ...	Titular	Servidor
18/08/1963	61	59 - ...	Titular	Servidor
14/09/1956	68	59 - ...	Titular	Servidor
14/09/1953	71	59 - ...	Titular	Servidor
09/08/1950	74	59 - ...	Titular	Servidor
04/09/2023	1	00 - 18	Dependente	Servidor
21/03/1982	43	29 - 33	Dependente	Servidor
10/09/1975	49	49 - 53	Dependente	Servidor
10/07/1973	51	49 - 53	Dependente	Servidor
21/06/1972	52	49 - 53	Dependente	Servidor
24/04/1966	59	59 - ...	Dependente	Servidor
08/09/1966	58	54 - 58	Dependente	Servidor
05/04/1960	65	59 - ...	Dependente	Servidor
23/02/1959	66	59 - ...	Dependente	Servidor
14/01/1959	66	59 - ...	Dependente	Servidor
18/04/1959	66	59 - ...	Dependente	Servidor
27/09/1956	68	59 - ...	Dependente	Servidor
04/05/1956	69	59 - ...	Dependente	Servidor

Data de Nascimento	Idade	Faixa Etária	Tipo	Lote
09/06/1955	69	59 - ...	Dependente	Servidor
25/11/1953	71	59 - ...	Dependente	Servidor
07/12/1951	73	59 - ...	Dependente	Servidor
11/04/1988	37	34 - 38	Titular	Vereador
08/05/1981	44	44 - 48	Titular	Vereador
19/01/1977	48	44 - 48	Titular	Vereador
24/02/1973	52	49 - 53	Titular	Vereador
14/02/1970	55	54 - 58	Dependente	Vereador
17/07/1966	58	54 - 58	Dependente	Vereador
19/05/1960	64	59 - ...	Dependente	Vereador

Em resumo, temos a seguinte relação de vidas por faixa etária:

FAIXA ETÁRIA	SERVIDOR		VEREADOR		TOTAL
	TITULAR	DEPENDENTE	TITULAR	DEPENDENTE3	
00 - 18	1	1	0	0	2
19 - 23	4	0	0	0	4
24 - 28	8	0	0	0	8
29 - 33	12	1	0	0	13
34 - 38	7	0	1	0	8
39 - 43	13	0	0	0	13
44 - 48	11	0	2	0	13
49 - 53	6	3	1	0	10
54 - 58	2	1	0	2	5
59 - ...	8	10	0	1	19
Total	72	16	4	3	95

Considerando o que dispões os **artigos 5º, 6º e 7º** a quantidade de servidores poderá chegar a **127 pessoas**, sendo esse grupo totalmente custeado pelos cofres públicos.

No corrente exercício a quantidade estimada a ser custeada pelo município é de **72 a 75 pessoas**, portanto consideraremos essa quantidade (**75**) para efeito de reserva de dotação e empenho no corrente exercício, sendo reservada dotação para **até 127 pessoas** nos demais exercícios de vigência contratual de acordo com “**cronograma de admissões**” a ser estipulado pela Administração.

A quantidade é estimada e variável de acordo com a adesão por dos vereadores e dependentes.

A inclusão de vereadores e dependentes não incidem em alteração contratual e não alteram o valor contratado.

8. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

Há outras soluções de mercado que atendem as demandas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado, conforme descrito abaixo:

- Contratação de plano privado de assistência à saúde coletiva

empresarial: trata-se de uma operadora que oferta planos de saúde.

- Contratação de seguro privado de assistência à saúde coletiva

empresarial: Trata-se de uma operadora de seguros que intermedia serviços de saúde.

- Contratação de plano ou seguro privado de assistência à

saúde coletiva empresarial: trata-se de uma operadora que oferta planos ou seguros de saúde.

Porém, após diligências realizadas no mercado, identificou-se que a forma de contratação "**Contratação de plano privado de assistência à saúde coletiva empresarial**" abrangeria a participação de mais empresas do ramo no certame e atenderia as demandas requisitadas.

9. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO - TCO

9.1 ORÇAMENTOS OBTIDOS EM CONSULTA A INTERNET

Faixa etária	Vidas	Sulamérica	Amil	Bradesco	ASSIM	UNIMED	Média	Estimado
00 - 18	2	399,58	324,88	342,71	365,28	345,11	355,51	711,02
19 - 23	4	499,47	380,09	404,40	496,03	434,38	442,87	1.771,50
24 - 28	8	619,34	463,72	489,32	545,63	534,92	530,59	4.244,69
29 - 33	13	687,48	556,48	587,19	594,73	593,75	603,93	7.851,04
34 - 38	8	735,60	584,29	669,39	603,63	635,33	645,65	5.165,18
39 - 43	13	853,30	642,71	689,47	633,81	736,97	711,25	9.246,28
44 - 48	13	1.020,04	803,40	839,47	898,09	880,99	888,40	11.549,17
49 - 53	10	1.195,49	883,74	987,38	1.212,41	1.032,52	1.062,31	10.623,08
54 - 58	5	1.423,24	1.104,68	1.174,98	1.454,89	1.229,21	1.277,40	6.387,00
59 - ...	19	2.397,46	1.933,18	2.056,10	2.191,05	2.070,61	2.129,68	40.463,92
Total	95	111.550,06	87.679,09	93.896,99	100.583,45	96.354,81	1.031,71	98.012,88

Fontes de pesquisa:

- Sulamérica: <https://blog.facaseuplanodesaude.com.br/sulamerica-saude/>
- Amil: <https://blog.facaseuplanodesaude.com.br/>
- Bradesco: <https://pedranoseguros.com.br/plano-de-saude-bradesco/>

- Assim: <https://sias.org.br/wp-content/uploads/2025/01/04-Reajuste-ASSIM.pdf>
- Unimed: <https://www.sindaftema.org.br/renovacao-de-contrato-e-reajuste-anual-do-plano-de-saude-unimed-teresina/>

9.2 ORÇAMENTOS OBTIDOS EM CONSULTA AO COMPRAS.GOV

Faixa etária	Vidas	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4	Média	Estimado
00 - 18	2	501,29	391,13	200,58	576,38	417,34	834,69
19 - 23	4	626,62	481,09	248,31	675,94	507,99	2.031,96
24 - 28	8	783,28	572,18	285,98	806,16	611,90	4.895,20
29 - 33	13	861,58	613,66	317,80	914,41	676,86	8.799,23
34 - 38	8	904,67	636,46	338,96	1.030,78	727,72	5.821,73
39 - 43	13	995,14	740,16	368,83	1.162,75	816,72	10.617,34
44 - 48	13	1.243,93	958,21	484,37	1.421,92	1.027,11	13.352,37
49 - 53	10	1.368,30	1.258,79	610,41	1.704,43	1.235,48	12.354,82
54 - 58	5	1.710,41	1.732,90	762,30	2.174,95	1.595,14	7.975,70
59 - ...	19	2.993,20	2.346,83	1.163,85	3.452,49	2.489,09	47.292,73
Total	95	136.426,84	108.274,30	53.645,61	157.556,27	1.199,74	113.975,75

Fontes de pesquisa:

- Cotação 1 389133 - CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRACAO-CFA/DF

Edital: 90019/2024

Valor Homologado: R\$ 1.188.020,27

Contratado: UNIMED SEGUROS SAUDE S/A.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/34061135000189/2024/52>

- Cotação 2: 927828 - CAMARA MUNICIPAL DE RESENDE

Edital: 90024/2024

Valor Homologado: R\$ 1.544.800,67

Contratado: UNIMED RESENDE RJ COOPERATIVA DE

TRABALHO MEDICO

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/32504664000184/2024/26>

- Cotação 3: 980780 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL

Edital: 90009/2025

Valor Homologado: R\$ 7.224.987,36

Contratado: PLAMER PLANO MEDICO RESENDE LTDA.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/01612355000102/2025/13>

• **Cotação 4: 389496 - CONSELHO REG.DE FISIOT.E TERAPIA**

OCUPACIONAL

Edital: 90005/2025

Valor Homologado: R\$ 980.000,00

Contratado: CABERJ INTEGRAL SAUDE S.A.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/29991262000147/2025/5>

9.2 ORÇAMENTO OBTIDOS EM CONSULTA AO MERCADO

Item	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 0 a 18 anos	2,0000	Unidade	288,27	576,54
2	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 19 a 23 anos	4,0000	Unidade	337,26	1.349,04
3	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 24 a 28 anos	8,0000	Unidade	411,47	3.291,76
4	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 29 a 33 anos	13,0000	Unidade	493,77	6.419,01
5	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 34 a 38 anos	8,0000	Unidade	518,45	4.147,60
6	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 39 a 43 anos	14,0000	Unidade	570,29	7.984,06
7	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 44 a 48 anos	13,0000	Unidade	712,87	9.267,31
8	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 49 a 53 anos	9,0000	Unidade	784,16	7.057,44
9	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 54 a 59 anos	5,0000	Unidade	980,20	4.901,00
10	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 59+ anos	19,0000	Unidade	1.715,34	32.591,46
Total	10 itens			R\$	77.585,22

• **PLAMER – Plano médico Resende Ltda**

Email: administrativo@plamer.com.br

Valor Ofertado: R\$ 77.585,22

Custo Médio: R\$ 816,69.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTO - TCO

10.1 MAPA COMPARATIVO DOS VALORES OBTIDOS

Item	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4	Cotação 5	Cotação 6	Cotação 7	Cotação 8	Cotação 9	Cotação 10
1	399,58	324,88	342,71	365,28	345,11	501,29	391,13	200,58	576,38	288,27
2	499,47	380,09	404,40	496,03	434,38	626,62	481,09	248,31	675,94	337,26
3	619,34	463,72	489,32	545,63	534,92	783,28	572,18	285,98	806,16	411,47
4	687,48	556,48	587,19	594,73	593,75	861,58	613,66	317,80	914,41	493,77
5	735,60	584,29	669,39	603,63	635,33	904,67	636,46	338,96	1.030,78	518,45
6	853,30	642,71	689,47	633,81	736,97	995,14	740,16	368,83	1.162,75	570,29
7	1.020,04	803,40	839,47	898,09	880,99	1.243,93	958,21	484,37	1.421,92	712,87
8	1.195,49	883,74	987,38	1.212,41	1.032,52	1.368,30	1.258,79	610,41	1.704,43	784,16
9	1.423,24	1.104,68	1.174,98	1.454,89	1.229,21	1.710,41	1.732,90	762,30	2.174,95	980,20
10	2.397,46	1.933,18	2.056,10	2.191,05	2.070,61	2.993,20	2.346,83	1.163,85	3.452,49	1.715,34

10.2 JUÍZO CRÍTICO ACERCA DA CONSISTÊNCIA DOS VALORES LEVANTADOS

JUÍZO CRÍTICO ACERCA DA CONSISTÊNCIA DOS VALORES LEVANTADOS								
Item	Média	Mediana	MODA	Desv. Pad.	Coef. Var.	Dispersão	Menor	Maior
1	373,5207	355,1950	---	105,32	28,19	MÉDIA	200,58	576,38
2	458,3588	457,7350	---	128,09	27,94	MÉDIA	248,31	675,94
3	551,1997	540,2750	---	158,32	28,72	MÉDIA	285,98	806,16
4	622,0855	594,2400	---	171,03	27,49	MÉDIA	317,80	914,41
5	665,7554	635,8950	---	193,21	29,02	MÉDIA	338,96	1.030,78
6	739,3423	713,2200	---	222,74	30,12	ALTA	368,83	1.162,75
7	926,3280	889,5400	---	263,03	28,39	MÉDIA	484,37	1.421,92
8	1.103,7628	1.114,0050	---	314,04	28,45	MÉDIA	610,41	1.704,43
9	1.374,7756	1.326,2250	---	415,64	30,23	ALTA	762,30	2.174,95
10	2.232,0103	2.130,8300	---	638,17	28,59	MÉDIA	1.163,85	3.452,49

10.3 SANEAMENTO DA AMOSTRA DE VALORES CONSIDERA FORA DA ÁREA DE DISPERSÃO

Item	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4	Cotação 5	Cotação 6	Cotação 7	Cotação 8	Cotação 9	Cotação 10
1	399,58	324,88	342,71	365,28	345,11	V/D	391,13	200,58	V/D	288,27
2	499,47	380,09	404,40	496,03	434,38	V/D	481,09	248,31	V/D	337,26
3	619,34	463,72	489,32	545,63	534,92	V/D	572,18	285,98	V/D	411,47
4	687,48	556,48	587,19	594,73	593,75	V/D	613,66	317,80	V/D	493,77
5	735,60	584,29	669,39	603,63	635,33	V/D	636,46	338,96	V/D	518,45
6	853,30	642,71	689,47	633,81	736,97	V/D	740,16	368,83	V/D	570,29
7	1.020,04	803,40	839,47	898,09	880,99	V/D	958,21	484,37	V/D	712,87
8	1.195,49	883,74	987,38	1.212,41	1.032,52	V/D	1.258,79	610,41	V/D	784,16
9	1.423,24	1.104,68	1.174,98	1.454,89	1.229,21	V/D	1.732,90	762,30	V/D	980,20
10	2.397,46	1.933,18	2.056,10	2.191,05	2.070,61	V/D	2.346,83	1.163,85	V/D	1.715,34

10.4 JUÍZO CRÍTICO DE VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO APÓS SANEAMENTO DA AMOSTRA

VALORES PARA CONTRATAÇÃO APÓS SANEAMENTO								
Ité	Média	Median	MODA	Desv. Pa	Coef. Va	Dispersã	Valor	Indicad
1	332,1900	343,9100	---	64,02	19,27	MÉDIA	332,19	MÉDIA
2	410,1200	419,3900	---	87,35	21,29	MÉDIA	410,12	MÉDIA
3	490,3100	512,1200	---	104,93	21,40	MÉDIA	490,31	MÉDIA
4	555,6000	590,4700	---	110,27	19,84	MÉDIA	555,60	MÉDIA
5	590,2600	619,4800	---	119,56	20,25	MÉDIA	590,26	MÉDIA
6	654,4400	666,0900	---	143,50	21,92	MÉDIA	654,44	MÉDIA
7	824,6700	860,2300	---	166,27	20,16	MÉDIA	824,67	MÉDIA
8	995,6100	1.009,9500	---	227,80	22,88	MÉDIA	995,61	MÉDIA
9	1.232,8000	1.202,0900	---	302,52	24,53	MÉDIA	1.202,09	MEDIANA
10	1.984,3000	2.063,3500	---	397,41	20,02	MÉDIA	1.984,30	MÉDIA

10.5 QUADRO RESUMO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Itér	Quantida	Menor Valor Cotado		Maior Valor Cotado		Valor Estimado		Tip
		Unitário	Mensal	Unitário	Mensal	Unitário	Mensal	
1	2	200,58	401,15	576,38	1.152,75	332,19	664,38	S
2	4	248,31	993,23	675,94	2.703,75	410,12	1.640,48	S
3	8	285,98	2.287,81	806,16	6.449,30	490,31	3.922,48	S
4	13	317,80	4.131,46	914,41	11.887,38	555,60	7.222,80	S
5	8	338,96	2.711,66	1.030,78	8.246,23	590,26	4.722,08	S
6	14	368,83	5.163,56	1.162,75	16.278,45	654,44	9.162,16	S
7	13	484,37	6.296,79	1.421,92	18.484,92	824,67	10.720,71	S
8	9	610,41	5.493,68	1.704,43	15.339,85	995,61	8.960,49	S
9	5	762,30	3.811,50	2.174,95	10.874,75	1.202,09	6.010,45	S
10	19	1.163,85	22.113,14	3.452,49	65.597,22	1.984,30	37.701,70	S
Total	95		53.403,98		157.014,59		90.727,73	10

Valor médio por beneficiário: **R\$ 955,02**

Para acobertar as despesas há previsão de pagamentos estimados no montante de **R\$ 6.937.265,28** conforme cronograma a seguir:

10.6 ESTIMATIVA DE SERVIDORES / MÊS.

Previsão de execução do objeto em 2025														
Item	Quantidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun ²	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
1	127						38	72	72	72	72	72	72	470

² 72 servidores por 15 dias.

Previsão de execução do objeto em 2026															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	470	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	1994

Previsão de execução do objeto em 2027															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	1994	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	3518

Previsão de execução do objeto em 2028															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	3518	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	5042

Previsão de execução do objeto em 2029															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	5042	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	127	1524	6566

Previsão de execução do objeto em 2030															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acumulad
1	6566	127	127	127	127	127	64							699	7264

10.7 ESTIMATIVA DE DESEMBOLSO MENSAL CMPR

Previsão de desembolso financeiro em 2025															
Iter	Média Estim.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
1	955,02	-	-	-	-	-	35.813,25	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	448.381,89
Total	955,02	-	-	-	-	-	35.813,25	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	68.761,44	448.381,89

Previsão de desembolso financeiro em 2026															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Acumulad
1	448.381,89	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	1.903.832,37
Total	448.381,89	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	1.903.832,37

Previsão de desembolso financeiro em 2027															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Acumulad
1	1.903.832,37	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	3.359.282,85
Total	1.903.832,37	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	3.359.282,85

Previsão de desembolso financeiro em 2028															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Acumulad
1	3.359.282,85	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	4.814.733,33
Total	3.359.282,85	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	4.814.733,33

Previsão de desembolso financeiro em 2029															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Acumulad
1	4.814.733,33	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	6.270.183,81
Total	4.814.733,33	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	1.455.450,48	6.270.183,81

Previsão de desembolso financeiro em 2030															
Iter	Saldo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Acumulad
1	6.270.183,81	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	60.643,77	-	-	-	-	-	-	667.081,47	6.937.265,28
Total	6.270.183,81	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	121.287,54	60.643,77	-	-	-	-	-	-	667.081,47	6.937.265,28

10.8 ESTIMATIVA DE DESEMBOLSO ANULA

Tipo de Despesa	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Serviços Ter. P. Jur.	443.984,97	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	693.726,55
VALOR ANUAL	443.984,97	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	693.726,55
Percentual (aprox)	6,4%	20,9%	20,9%	20,9%	20,9%	10,0%

11. DESRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

11.1 DESCRIÇÃO GERAL DA SOLUÇÃO

Após criterioso estudo, visando atender a demanda pretende-se a prestação de serviços continuados de natureza comum, a ser executado de forma contínua, sem disponibilização de mão de obra de forma prolongada ou contínua.

O objeto será executado através de regime de execução indireta através de empreitada por preço unitário.

A vigência do contrato está restrita aos respectivos créditos orçamentários, sendo que sua duração inicial será de até 5 anos contados a partir do 1º dia útil posterior a assinatura do termo contratual.

A solução que atende aos interesses e necessidades da Câmara Municipal de Porto Real, RJ é a contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de Assistência Médica Hospitalar, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, com abrangência regional e nacional para casos de urgência e emergência, padrão quarto coletivo, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem carência, com cobertura assistencial médico-hospitalar e ambulatorial com obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive cobertura para doenças e lesões pré-existentes, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas e as demais exigências estabelecidas pela ANS, sem coparticipação, para os empregados do CRCPA e seus dependentes, com previsão de inativos, pelo período de 5 anos conforme condições estipuladas neste Estudo Técnico Preliminar.**

11.2 DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QDE	UNIDADE
1	1340	Corretagem - Plano de Saúde	7264	Unidade
Total				

11.3 DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO

Os preços mensais por beneficiário deverão ser apresentados de acordo com o valor da média mensal contratada, onde se incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos porventura incidentes, taxa de administração, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto multiplicada pela quantidade total de beneficiários cadastrados pro rata die.

Para efeito de julgamento das propostas e composição do valor global do contrato, a licitante deverá considerar os preços para o Plano Coletivo Empresarial, padrão corporativo, quarto coletivo, por faixa etária, e ainda, observar a Resolução Normativa no 63, de 22 de dezembro de 2003, da ANS que define os limites a serem observados para adoção de variação de preço, por faixa etária, dos planos privados de assistência a saúde:

- a) de até 6 × entre a primeira e a última faixa etária; e
- b) variação acumulada entre a **sétima** e a décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a **primeira** e a **sétima** faixas.

O valor mensal poderá ser revisto em periodicidade **não inferior a doze meses**, contados da data da assinatura do contrato, conforme o percentual autorizado pela ANS, de acordo com a previsão da RN nº 195 da ANS ou legislações posteriores que a substituam.

A Contratada deverá:

- Prestar os serviços, cumprindo os prazos e atendendo integralmente a todas as condições e especificações estabelecidas neste estudo.
- Observar e cumprir, ainda, as disposições da **Lei nº 9.656/98**, bem como todas as Resoluções Normativas da ANS e demais determinações e orientações dos órgãos competentes, que sejam pertinentes ao objeto pretendido.
- Prestar os serviços por intermédio de rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada, cuja abrangência deve compreender o estado do Rio de Janeiro e, em caso de urgência e emergência, todo o território nacional.

- Arcar com todos os custos como, impostos, taxas, emolumentos, seguros e contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes da execução do contrato, de forma que os preços constantes da cláusula de pagamentos representem a única e exclusiva contraprestação pelos serviços prestados.

- Emitir os cartões de identificação dos beneficiários, sem ônus para a CMPR.

- Efetuar o bloqueio de imediato, em casos de perda, roubo, furto ou extravio do cartão, após solicitação da CMPR ou do beneficiário.

- Invalidar os cartões dos funcionários que se desligarem do plano de assistência médica, ou quando do término, ou da rescisão do contrato, sem a obrigatoriedade de devolução dos cartões ou de seu ressarcimento.

- Emitir, quando necessárias, as guias de autorizações de exames e internações, nos prazos estabelecidos na Resolução Normativa nº 259/2011.

- Manter serviços telefônicos ou via chat para apoio ao usuário durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana.

- Garantir o atendimento necessário, nos casos de ausência, inexistência ou impossibilidade de atendimento de prestador integrante da rede assistencial, nos termos da **Resolução Normativa nº 259/2011**.

- Garantir o transporte de seus beneficiários a prestadores de serviços habilitados para o atendimento demandado, assim como seu retorno ao município da demanda pelo atendimento, observado, em cada caso, o que determina a **Resolução Normativa nº 259/2011**.

- Manter a relação de credenciados, substituindo os estabelecimentos que venham a se descredenciar por outro do mesmo porte e na mesma região, comunicando o fato a CMPR.

- Fornecer manual do usuário, catálogo ou similar, impresso ou eletrônico, aos beneficiários do plano, bem como informações atualizadas sobre sua rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, nas respectivas áreas de atuação e abrangência geográfica, via folder/catálogo impressos, endereço em sítio eletrônico ou serviço de atendimento telefônico.

- Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no que couber, o objeto deste procedimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo de **5 (cinco) dias**, contado da notificação, sem ônus para a CMPR.

- Nomear preposto, aceito pela CMPR, para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade.

- Prestar, por meio do preposto nomeado, todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CMPR, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes.

- Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por danos materiais ou pessoais causados a CMPR e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades dos produtos e serviços ofertados, bem como por atos cometidos por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, decorrentes de dolo ou culpa.

- Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

- Comunicar a CMPR qualquer anormalidade, relacionada ao objeto, verificada durante a execução do contrato.

- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no ato convocatório, observando a prática da boa técnica e a legislação vigente.

- Emitir as notas fiscais com as devidas deduções legais, em cuja a ocasião será verificada a regularidade da contratada junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho, por meio das respectivas certidões, a serem emitidas através dos sítios eletrônicos correspondentes.

- Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas no ato convocatório, inclusive em relação à regularidade junto ao FGTS, ao INSS e à Justiça do Trabalho.

- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato, na forma da legislação vigente.

- Submeter-se à fiscalização da CMPR, na execução dos serviços, seguindo todas as orientações repassadas.

- Atender aos requisitos da contratação.

- Estar em consonância com Critérios e prática de sustentabilidade.

A solução encontrada no **CATSERV 13340**, está de acordo com o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no **inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

11.3.1. DA REDE DE ATENDIMENTO

A contratada deve dispor e manter uma rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada, no mínimo regional, em todo o estado do Rio de Janeiro, composta por médicos, laboratórios, clínicas, maternidades e hospitais que atendam, de forma suficiente, os beneficiários do plano de assistência médica. Devendo atender as exigências da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa – RN nº 465, bem como das resoluções que venham a atualizar esta, e demais normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Contratada deverá garantir o atendimento em, no mínimo, **02 (dois) hospitais gerais na Região Sul Fluminense**, com estrutura mínima para grandes emergências e alta complexidade, **24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana**, devendo garantir a assistência nos seguintes municípios, tendo em vista serem áreas onde os funcionários residem:

Região I: mínimo de **uma unidade hospitalar** entre as cidades de Porto Real, Itatiaia, Resende ou Quatis;

Região II: mínimo de **uma unidade hospitalar** entre as cidades de Barra do Piraí, Volta Redonda ou Barra Mansa.

O plano Médico deverá disponibilizar em cada região (*I e II*) citada acima, pelo menos:

- Clínica cirúrgica com no mínimo 15 leitos;
- Clínica médica e cardiológica com no mínimo 30 leitos;
- Maternidade com no mínimo 10 leitos;
- Pediatria com no mínimo 10 leitos;
- UTI Adulto com no mínimo 15 leitos;
- UTI Pediátrico e Neonatal com no mínimo 15 leitos;
- Serviços de Hemodinâmica;

Além dos hospitais a Contratada deverá garantir ainda:

- Atendimento em clínica de especialidades (tipo “policlínica”) pelo menos no município de Porto Real.
- Atendimento em Hospital ou Clínica Psiquiátrica com internação.
- Credenciamento de no mínimo **100 (cem) médicos especialistas** na Região Sul Fluminense, fornecendo a relação nominal de toda a rede credenciada com os respectivos endereços.

Caso haja necessidade de atendimento em local onde não exista rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada da contratada ou nos casos de urgência ou emergência (inclusive fora do estado do Rio de Janeiro), quando não for possível a utilização dos serviços próprios, credenciados, cooperados ou referenciados, observado o disposto no **art. 13 da Resolução Normativa ANS nº 428, de 07/11/2017**, depois de exauridas as hipóteses previstas na **Resolução Normativa ANS nº 259, de 17/06/2011** e na legislação vigente os beneficiários poderão ser atendidos em estabelecimento médico a que tiverem acesso, solicitando, posteriormente, o **reembolso integral** na contratada, mediante a apresentação de **recibo de pagamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos** a contar da data da protocolização do pedido na contratada.

Para os casos de atendimento fora do estado do Rio de Janeiro, nas situações de urgência e emergência, aplica-se o disposto no item anterior.

A licitante interessada em participar deste certame deve se comprometer com a formação de ampla rede de atendimento, no estado do Rio de Janeiro, (própria,

credenciada, referenciada ou cooperada), sem prejuízo da utilização do sistema de reembolso integral, até que seja formada rede capaz de atender às necessidades dos servidores da CMPR e de seus dependentes que optarem por aderir ao plano, em conformidade com a legislação vigente e as normas expedidas pela ANS.

Deverá ser assegurado aos beneficiários do plano, sempre que houver indisponibilidade de leito nos hospitais ou clínicas próprios ou credenciados da contratada, acomodação em outro estabelecimento de qualidade igual ou superior, sem ônus adicional.

11.3.2 DA APRESENTAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Os endereços e contatos telefônicos da rede de atendimento própria, credenciada e referenciada deverão ser disponibilizados em sítio eletrônico ou através de outro meio eficaz de divulgação aos beneficiários.

A contratada deve, ainda, disponibilizar número de telefone para discagem direta gratuita para contato dos beneficiários.

11.3.3 DAS COBERTURAS E PROCEDIMENTOS GARANTIDOS

A prestação de serviços de saúde deve englobar o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes, nos termos da **Lei 9.656 de 3 de junho de 1998** e atualizações devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – **ANS** garantindo o descrito no **Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde** da ANS em conformidade com a rede própria, credenciada, contratada, referenciada ou cooperada

Está incluída a prestação de serviços aos beneficiários de assistência médica, paramédica, hospitalar e obstétrica, ambulatorial e laboratorial, com atendimento de urgência e emergência de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas e hospitais, reconhecidos pelo **Conselho Federal de Medicina - CFM**, e previstas no presente instrumento, incluindo atendimento de emergência **24 (vinte e quatro) horas, em todos os dias da semana**, conforme Rol de cobertura da ANS.

Os serviços poderão ser executados pelos estabelecimentos e profissionais parceiros, conveniados, referenciados, credenciados e/ou próprios da empresa Contratada, sem limite de consultas e exames de métodos complementares, de internamentos em apartamentos ou em Unidade de Terapia Intensiva – UTI e Semi-intensiva.

A Contratada deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia com indicação do prazo máximo para emitir as referidas autorizações.

Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e /ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, decorrentes ou não de acidente de trabalho, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico e tratamento de rotina e especializado. Apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais, incluindo consultas com fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, solicitados e indicados pelo médico assistente, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar.

Além das especialidades médicas e cirúrgicas relacionadas no Rol da ANS, deverão estar compreendidas as reconhecidas pelos órgãos que regulamentam a atividade de Plano de Saúde – ANS - Agência Nacional de Saúde, inclusive aquelas que as modernas tecnologias forem disponibilizando e que representem fatores de economia e maior segurança para o beneficiário do plano, tudo na conformidade da **Lei nº. 9.656/98** e demais normas pertinentes, desde que possuam o **CID** (Código Internacional de Doenças).

A Contratada não poderá criar em quaisquer hipóteses restrições ao atendimento de beneficiário sob a alegação de doenças ou lesões preexistentes ou congênitas.

A cobertura hospitalar compreende os atendimentos em unidade hospitalar, (não podendo ser somente em clínicas e hospitais próprios da licitante, devendo a operadora ou seguradora possuir convênios com outras clínicas da Capital e Interior do estado do Rio de Janeiro), em regime de internação, inclusive cobertura dos procedimentos

relativos ao atendimento pré-natal, da assistência ao parto, e os atendimentos caracterizados como urgência e emergência, e inclui:

- Internação hospitalar, sem limitação de prazo, valor e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, relacionada às especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;
- Internação hospitalar em centro de terapia intensiva, ou similar, sem limitação de prazo, valor e quantidade, a critério do médico assistente;
- Diária de internação hospitalar;
- Despesa referente a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação durante o período de internação;
- Exames complementares indispensáveis para controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;
- Taxas e materiais utilizados durante o período de internação e relacionadas com o evento médico;
- Acomodação e alimentação fornecidas pelo hospital ao acompanhante do beneficiário **menor de 18 (dezoito) anos**, do **maior de 60(sessenta) anos**, da **mulher no pré-parto e pós-parto imediato** e dos **portadores de necessidades especiais** quando houver indicação do médico assistente, nas mesmas condições da cobertura do Plano/Seguro Saúde, exceto no caso de UTI ou similar, quando não for possível o acompanhamento.
- Cirurgia plástica reparadora;
- Procedimentos relativos ao pré-natal e a assistência ao parto;
- Assistência ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do titular ou seu dependente, durante os primeiros 30(trinta) dias após o nascimento;
- Cirurgia plástica reconstrutiva de mama, para o tratamento de mutilação decorrente de utilização técnica de tratamento de câncer;
- Cobertura de transplante de córnea e rim, bem como o de transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde

editado pela ANS, além das despesas com seus procedimentos vinculados, abaixo relacionados, quando couber, sem prejuízo da legislação específica que normatiza esses procedimentos:

- As despesas assistenciais com doadores vivos;
- Os medicamentos utilizados durante a internação;
- O acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção;
- As despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos na forma de ressarcimento ao SUS.

Em caso de indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos próprios, contratados, referenciados, cooperados ou credenciados pela Contratada, na acomodação em que o beneficiário foi inscrito, a operadora ou seguradora deverá lhe garantir acesso em acomodação superior até que haja disponibilidade do leito conforme acomodação contratada, momento em que será providenciada a transferência às expensas da Contratada.

A escolha de prestação de serviços será de livre arbítrio do beneficiário, dentre a relação de profissionais, de hospitais, de centros médicos, de clínicas, básicas e especializadas, de laboratórios, dentre a rede própria, contratada, cooperada, referenciada e/ou credenciada ofertada pela contratada, não podendo o atendimento ser somente em hospitais da própria operadora.

Será ainda garantida aos beneficiários a cobertura trazida **pelo art. 12, III, a, b, VII, da Lei Federal nº 9.656/1998**, em conformidade com as demais normas regulatórias da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Não haverá Cobertura Parcial Temporária, nos casos de Doenças ou Lesões Preexistentes, desde que o Contratante faça a ***inclusão do beneficiário em até 30 (trinta) dias de sua vinculação ao contratante ou do evento que o elege para ser beneficiário dependente.***

Não estão cobertos pelo Plano de Assistência à Saúde Suplementar os exames admissionais, periódicos, demissionais ou equivalentes.

A critério da contratada, poderá haver a necessidade de autorização prévia para marcação de exames.

Aplicam-se, ainda, aos casos de coberturas assistenciais, plano ambulatorial, plano hospitalar e plano hospitalar com obstetrícia as disposições da **Resolução Normativa nº 428/2017 da ANS**.

Além das especialidades médicas e cirúrgicas relacionadas no Rol da ANS, deverão estar compreendidas as reconhecidas pelos órgãos que regulamentam a atividade de Plano de Saúde – ANS - Agência Nacional de Saúde, inclusive aquelas que as modernas tecnologias forem disponibilizando e que representem fatores de economia e maior segurança para o beneficiário do plano, tudo na conformidade da **Lei nº. 9.656/98** e demais normas pertinentes, desde que possuam o **CID** (Código Internacional de Doenças).

A contratada deverá fornecer, mensalmente, arquivos informatizados e extratos demonstrativos, de acordo com o formato a ser definido pelas partes, referente à utilização de assistência médica por titulares e dependentes, de forma analítica, sintética e geral, discriminando todos os serviços realizados, para fins de gerenciamento interno da CMPR.

11.3.4. DAS EXCLUSÕES DE COBERTURA

Referente às exclusões de cobertura de assistência médica, seguem as devidas observações:

- As exclusões de cobertura deverão apresentar-se em conformidade com o previsto na **Lei Federal nº 9.656/1998**, e nas **Resoluções Normativas da ANS**, respeitando-se as coberturas mínimas obrigatórias dispostas na citada legislação.
- São excluídos da cobertura do Plano de Assistência Médica os eventos e despesas decorrentes de: Tratamento clínico ou cirúrgico experimental;
- Atendimentos prestados antes do início do período de vigência;
- Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, inclusive órteses e próteses com a mesma finalidade.
- Cirurgia plástica estética de qualquer natureza;
- Inseminação artificial;
- Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

- Tratamentos com centros de SPAS, clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, casas sociais e clínicas de idosos;
- Transplantes, à exceção de córnea, rim e os transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS;
- Fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico, bem como próteses, órteses e seus acessórios que sejam importados;
- Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico e legal, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;
- Casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
- Necropsias, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;
- Especialidades médicas não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina.

Poderão ser excluídas da cobertura os itens que abrangem as exceções elencadas **no art. 10 da Lei nº 9.656/1998** e os itens constantes **§1º do artigo 20 da Resolução Normativa ANS nº 428/2017**, ou aqueles que vierem a substituí-los.

11.3.5. DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A abrangência geográfica dos serviços de assistência à saúde será, no mínimo, para a Região das Agulhas Negras, comprometendo-se a empresa contratada a disponibilizar atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional, conforme definições abaixo:

- As definições de urgência e emergência estão contidas na regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- Quando houver carência em vigor e necessidade de atendimento de urgência e emergência o beneficiário terá garantida a cobertura igualmente a fixada para atendimento ambulatorial, sem cobertura de internação, limitado às **primeiras 12 (doze) horas ou até que ocorra a necessidade de internação.**

- O atendimento de urgência e emergência decorrente de acidente pessoal será garantido, sem restrições, após decorridas **24 (vinte e quatro) horas da vigência do contrato.**

11.3.6. DO REEMBOLSO

Em caso de necessidade de atendimento em localidade onde não exista rede de atendimento própria, credenciada, cooperada ou referenciada os beneficiários poderão ser atendidos em estabelecimento médico a que tiverem acesso, após esgotadas as hipóteses previstas na **Resolução Normativa ANS nº 259/2011** e na legislação vigente, solicitando, posteriormente, o **reembolso integral à contratada**, mediante a apresentação de recibo de pagamento e de documentação que comprove a prestação de atendimento.

Respeitadas as determinações da ANS, caberá aos beneficiários o reembolso de **100% (cem por cento) das despesas** efetuadas com consultas, exames, honorários médicos e serviços hospitalares, com medicamentos e materiais utilizados durante o período de internação e com as demais taxas hospitalares, nas seguintes hipóteses:

- despesa efetuada nas localidades em que a Contratada não dispuser de rede médico-hospitalar, laboratorial e serviços complementares ao diagnóstico e terapia, credenciada, referenciada ou própria, capaz de atender os serviços contratados,
- em situações de greve, paralisações ou outras que impeçam o atendimento pela rede própria, referenciada ou credenciada da Contratada.
- nos casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização dos serviços na rede própria, credenciada ou referenciada da Contratada, aqueles como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesão irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente.
- urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.
- emergência, como tal definidos os que implicarem em risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente.

O reembolso deverá ser realizado pela contratada diretamente na conta do beneficiário, no prazo **máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir da protocolização do pedido com todos os documentos exigidos pela contratada, necessários à comprovação do atendimento e dos gastos, nos termos da **Resolução Normativa ANS nº 259 de 24/11/2011**.

A contratada não poderá criar embaraço à efetivação do reembolso, requisitando documentação que extrapole a necessidade de comprovação do atendimento e dos gastos dela decorrente.

O prazo para o beneficiário requerer o reembolso é de até **12 meses**, **contados a partir da data em que ocorreu o evento médico**, ou, no caso de internação, contados a partir da data da alta hospitalar.:

11.3.7. DA CARÊNCIA

Não haverá limitações de idade e quaisquer carências para os beneficiários, incluindo os dependentes, **inscritos nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência do contrato**.

Não haverá carência para os novos servidores, vereadores suplentes, recém-nascidos, filhos naturais, adotivos e dependentes resultante de casamentos, ocorridos na vigência do contrato que aderirem ao plano de saúde no prazo de **30 (trinta) dias da ocorrência do evento**, observando-se, em todo caso, o disposto na **Resolução Normativa ANS nº 195, de 14/07/2009**.

11.3.8. DA COPARTICIPAÇÃO

Os serviços serão prestados **SEM COPARTICIPAÇÃO**, na modalidade de contratação coletivo empresarial.

Nos casos em que o colaborador mobilizado permanecer por tempo inferior a **30 (trinta) dias** no Plano de Assistência à Saúde será efetuado o pagamento proporcional ao período de inclusão.

11.3.9. QUADRO DE USUÁRIOS ATUAL

O grupo de usuários do plano será constituído, inicialmente, por aproximadamente **95 (noventa e cinco) vidas**, distribuído conforme faixas etárias relacionadas na tabela de grupo de usuários a seguir, sendo de caráter **estimativo**.

Item	Faixa etária	Servidor		Vereador		Total
		Titular	Dependente	Titular2	Dependente3	
1	00 - 18	1	1	0	0	2
2	19 - 23	4	0	0	0	4
3	24 - 28	8	0	0	0	8
4	29 - 33	12	1	0	0	13
5	34 - 38	7	0	1	0	8
6	39 - 43	13	0	0	0	13
7	44 - 48	11	0	2	0	13
8	49 - 53	6	3	1	0	10
9	54 - 58	2	1	0	2	5
10	59 - ...	8	10	0	1	19
	Total	72	16	4	3	95

Entretanto a Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Porto Real, **Lei Municipal 767, de 2021** prevê **127 vagas** sendo: **75** Cargos de Provimento Legislativo Efetivo (CPLE), **19** Cargos de Livre Provimento em Comissão Legislativa (CCL) e **33** Cargos de Assessoramento Legislativo (CAL), sendo que a despesa relativa com estes servidores será custeada pelos cofres públicos:

CPLE	CCL	CA	TOTAL
75	19	33	127

Durante a vigência do contrato **poderão haver alterações**, considerando a mudança de faixa etária dos empregados e seus dependentes, a adesão ou não do referido plano de saúde.

O plano de saúde será extensivo aos dependentes dos servidores e vereadores, assim como aqueles admitidos como tal pela legislação do Imposto de Renda.

Para informações médicas, hospitalares e administrativas aos beneficiários, bem como para autorizações de procedimentos, quando exigido, a Contratada deverá dispor de plantão de atendimento telefônico ou via chat, gratuito **24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados**.

A Contratada deverá disponibilizar Guia Médico Eletrônico, de fácil acesso, tanto da rede local quanto da rede nacional credenciada, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, casas de saúde, centros médicos, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente.

Até a entrega efetiva dos cartões/carteiras de beneficiários, a Contratada deverá disponibilizar o número do benefício cadastrado e/ou aplicativo de modo que o beneficiário possa utilizar o plano apenas com a apresentação de documento de identificação.

11.3.10. DOS CARTÕES DE IDENTIFICAÇÃO

A contratada deverá emitir os cartões de identificação para todos os beneficiários, em até **30 (trinta) dias**, contados da inscrição dos usuários no plano.

A Contratada deverá entregar os cartões e/ou carteiras de beneficiário na **Divisão de Administração de Benefícios, Previdência e Recursos Humanos, na Casa Legislativa Dr. Pedro Silva, sede administrativa da Câmara Municipal de Porto Real, à Avenida D. Pedro II, 1.550, Centro, Porto Real, CEP 27570-000.**

Os cartões devem ser embalados individualmente e com identificação nominal, acompanhado dos cartões dos seus dependentes

Até a entrega efetiva dos cartões/carteiras de beneficiários, a Contratada deverá disponibilizar o número do benefício cadastrado e/ou aplicativo de modo que o beneficiário possa utilizar o plano apenas com a apresentação de documento de identificação.

12. ESTIMATIVA DE CUSTOS

De acordo com o estudo realizado, para atender a demanda, estima-se o valor total de **R\$ 6.937.265,28** no período de **5 anos**, de acordo com o seguinte dispêndio: **6,4%** para o exercício **2025**; **20,9%** para o exercício **2026**, **20,9%** para o exercício **2027**, **20,9%** para o exercício **2028**, **10%** para o exercício **2030**, conforme tabela a seguir:

Tipo de Despesa	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Serviços Ter. P. Jur.	443.984,97	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	693.726,55
VALOR ANUAL	443.984,97	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	1.449.888,44	693.726,55
Percentual (aprox)	6,4%	20,9%	20,9%	20,9%	20,9%	10,0%

12.1 MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QDE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL (R\$)
1	1340	Corretagem - Plano de Saúde	7264	Unidade	955,02	6.937.265,28
Total						

Onde:

Valor unitário (R\$) = Valor médio da tabela de "Composição do Valor Médio".

12.1.1 COMPOSIÇÃO DO VALOR MÉDIO:

Lote	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	BASE DE CÁLCULO
1	LOTE	VALOR MENSAL ESTIMADO	60	mês	90.727,73	5.443.663,80
	1	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 0 a 18 anos	2	Unidade	332,19	664,38
	2	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 19 a 23 anos	4	Unidade	410,12	1.640,48
	3	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 24 a 28 anos	8	Unidade	490,31	3.922,48
	4	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 29 a 33 anos	13	Unidade	555,60	7.222,80
	5	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 34 a 38 anos	8	Unidade	590,26	4.722,08
	6	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 39 a 43 anos	14	Unidade	654,44	9.162,16
	7	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 44 a 48 anos	13	Unidade	824,67	10.720,71
	8	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 49 a 53 anos	9	Unidade	995,61	8.960,49
	9	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 54 a 59 anos	5	Unidade	1.202,09	6.010,45
	10	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 59+ anos	19	Unidade	1.984,30	37.701,70
1 lote(s)		10 Item(ns)	95	Pessoas	V. Médio	955,02

Onde:

$$\text{Valor Médio (R\$)} = \frac{\text{Valor Mensal}}{n^{\circ} \text{ pessoas}} \text{ e}$$

$$\text{Valor Mensal (R\$)} = Qde_{item 1} \times \text{Valor Unitário}_{Item 1} + \dots + Qde_{item 10} \times \text{Valor Unitário}_{Item 10}$$

12.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A Lei Municipal **773/2021**, estabelece o PPA (Plano Plurianual) para o período de **2022 a 2025**, que contém os programas, com respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados nas despesas de capital e outras delas decorrentes e nas de duração continuada sendo elaborado de acordo com os princípios da Transparência e da Qualidade de Vida da população, referente a um governo voltado para os Municípios.

A contratação está incluída na seguinte atividade:

- Plano de Saúde dos Servidores, código: 2.505.

A despesa encontra previsão na **LDO** (Lei de Diretrizes Orçamentárias), Lei Municipal nº. **930/2024** que estabelece, em cumprimento ao disposto no **Art.165, § 2º da Constituição Federal** e no **Art. 92, inciso II da LOM** (Lei Orgânica do Município de Porto Real), as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de **2025** e na **LOA** (Lei Orçamentária Anual), Lei Municipal **941/2024** que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Porto Real para o exercício financeiro de **2025**, para o órgão Câmara Municipal, do Poder Legislativo, despesa legislativa, código da unidade **01.01.00**.

Para realização da despesa prevista da contratação haverá o dispêndio na seguinte dotação orçamentária:

- **Funcional:** 1.031.0001-2.505 - PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES:
- **Fonte de Recursos:** 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos
- **Elemento:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

12.3 NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DO OBJETO

ITEM	NATUREZA	MÁSCARA
1	Prestação de serviço	Prestação de serviço contínuo sem disponibilização de mão de obra

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A solução a ser contratada refere-se aos serviços de assistência médica para os servidores da CMPR, sendo que, conforme as práticas usuais de mercado e as normas vigentes, não se evidencia amparo, necessidade ou vantagem em se realizar o parcelamento do serviço.

O não parcelamento do objeto se justifica em razão de os serviços guardarem compatibilidade entre si, admitindo o julgamento com base em um mesmo critério e permitindo a execução por uma mesma empresa, restando assegurado o caráter competitivo do certame licitatório.

Licitatar o objeto em parcelas se revela técnica e economicamente inviáveis, haja vista que pode acarretar em prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

Todos os serviços que compõem o objeto deverão ser adjudicados a uma única empresa, visto que o parcelamento da solução incorreria em perda de economia de escala.

O agrupamento importa também em maior facilidade na gestão dos contratos e acompanhamento dos serviços técnicos posteriormente contratados.

O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento do contrato permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Entretanto, no caso em tela, constata-se que o objeto, como um todo, é habitualmente prestado em sua universalidade pelas operadoras de planos de saúde, haja vista que a legislação prevê regras básicas que devem ser seguidas por todas prestadoras, entre as quais, o atendimento obrigatório do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS.

Certamente que a divisão do objeto não traria vantagem alguma para a contratação, pelo contrário, promoveria desnaturação do serviço e uma prestação desarticulada e fora dos padrões normativos existentes.

Diante disso, opta-se pelo não parcelamento do objeto, considerando que todas as prestadoras regularmente registradas na ANS, que prestam serviços de plano de saúde, devem atender ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, o qual contempla os procedimentos considerados indispensáveis ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças e eventos em saúde, em cumprimento ao disposto na **Lei nº 9.656/98**.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Observa-se que no âmbito da CMPR não há CONTRATOS afins e/ou interdependentes com objeto deste ETP.

15. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação de plano de assistência médica insere-se no bojo de benefícios concedidos pelo CRTRRJ aos seus empregados, cujos resultados pretendidos diretos são os de proporcionar condições para o cuidado preventivo da saúde e de tratamento em casos de acometimento de moléstia ou de acidentes, contribuindo, assim, indiretamente, para o desenvolvimento regular de suas atividades laborais, reduzindo, ainda, o número de afastamentos por motivos de enfermidade ou proporcionando a recuperação breve e satisfatória, nos casos em que demandarem tratamento.

Dessa forma, procura-se contribuir com uma melhor qualidade de vida do empregado da CMPR, promovendo boas condições de vida e de saúde dos beneficiários, o que, certamente, traz reflexos diretos no desempenho de suas atividades, proporcionando resultados favoráveis à Entidade, considerando que seus empregados são agentes fundamentais no cumprimento da sua finalidade institucional e na busca da excelência no atendimento às atividades fins.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

O CMPR promoverá através da gestão e fiscalização do contrato, executada por funcionário devidamente designado, o esforço necessário em busca do monitoramento do objeto e dos resultados pretendidos.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não existem impactos ambientais relevantes na contratação em si. Entretanto, a contratada deverá adotar medidas implementadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS).

18. MAPEAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos:

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco:

Probabilidade (P)	15	75	150	225
	10	50	100	150
	5	25	50	75
		5	10	15
		Impacto (I)		

18.1 Identificação e Análise dos principais riscos

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste estudo:

Id	Risco	Relacionado ao (à):*1	P*2	I*3	Nível de Risco*
1	Definição inadequada do escopo do serviço	Planejamento	10	15	150
2	Estimativa orçamentária incorreta	Planejamento	10	15	150
3	Falta de informações sobre a legislação vigente	Planejamento	05	10	50
4	Pouca concorrência no processo licitatório.	Seleção do Fornecedor	10	15	150
5	Fornecedores com qualificação técnica inadequada	Seleção do Fornecedor	15	15	225
6	Propostas com preços inexequíveis	Seleção do Fornecedor	10	15	150
7	Inadimplência por parte do fornecedor	Gestão do Contrato	5	15	75
8	Insatisfação dos funcionários com o plano.	Gestão do Contrato	10	10	100
9	Atraso no atendimento ou na prestação dos serviços	Gestão do Contrato	10	15	150
10	Aumento nos custos do plano de saúde	Gestão do Contrato	15	10	150

Legenda: P = Probabilidade; I = Impacto.

*1 A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

*2 Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.19)

*3 Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009, item 2.18).

*4 Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009, item 2.23 e IN SGD/ME nº 1, de 2019, art. 2º, inciso XIII).

18.2 Avaliação e tratamento dos riscos identificados

Risco 1	Definição inadequada do escopo do serviço.	
Probabilidade	Média	
Impacto	Alto	
Dano 1	Serviços inadequados para os funcionários, insatisfação e possíveis retrabalhos.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar consultas internas com os funcionários, definir claramente as necessidades, e realizar benchmarking com outras instituições públicas semelhantes.	Equipe de Planejamento da Contratação
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Revisar e ajustar o escopo após levantamento de mercado, baseando-se no feedback dos usuários iniciais.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 2	Estimativa orçamentária incorreta.	
Probabilidade	Média	
Impacto	Alto	
Dano 1	Excedente de custos ou insuficiência de recursos, afetando outras áreas do orçamento do CMPR.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Consultar especialistas, revisar orçamentos anteriores, e utilizar dados de mercado atualizados	Equipe de Planejamento da Contratação
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Realocar recursos de outras áreas ou ajustar o escopo dos serviços contratados.	Controladoria

Risco 3	Falta de informações sobre a legislação vigente.	
Probabilidade	Baixa	
Impacto	Médio	
Dano 1	Não conformidade com as leis, resultando em possíveis multas e sanções legais..	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Consultar a Procuradoria Geral do Legislativo	Equipe de Planejamento da Contratação
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Revisar o contrato para conformidade e ajustar conforme necessário, com base na legislação aplicável.	Departamento de Compras Licitações e Contratos

Risco 4	Pouca concorrência no processo licitatório.	
Probabilidade	Média	
Impacto	Alto	
Dano 1	Contratação de fornecedores com preços mais altos ou qualidade inferior.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Divulgação ampla do edital, garantir transparência no processo, e realizar reuniões de esclarecimento com potenciais fornecedores	Departamento de Compras Licitações e Contratos
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Reavaliar e, se necessário, reabrir o processo licitatório para atrair mais concorrentes.	Departamento de Compras Licitações e Contratos

Risco 5	Fornecedores com qualificação técnica inadequada.	
Probabilidade	Alta	
Impacto	Alto	
Dano 1	Serviços de baixa qualidade, comprometendo a saúde e a satisfação dos funcionários.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Definir critérios rigorosos de qualificação e comprovação de experiência, além de realizar diligências prévias.	Departamento de Compras Licitações e Contratos
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Rescindir o contrato e buscar novo fornecedor qualificado.	Departamento de Compras Licitações e Contratos

Risco 6	Propostas com preços inexequíveis	
Probabilidade	Média	
Impacto	Alto	
Dano 1	Fornecedor pode não conseguir cumprir o contrato, resultando em quebra de contrato e interrupção dos serviços.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Analisar detalhadamente as propostas financeiras e exigir justificativas para preços muito baixos.	Equipe de Contratação
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Estabelecer cláusulas contratuais para reajustes e revisões periódicas dos preços e serviços.	Equipe de planejamento da Contratação

Risco 7	Inadimplência por parte do fornecedor.	
Probabilidade	Baixa	
Impacto	Alto	
Dano 1	Interrupção dos serviços de saúde, prejudicando o bem-estar dos funcionários.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Estabelecer cláusulas contratuais rigorosas, monitorar a execução do contrato, e aplicar penalidades quando necessário.	Departamento de Compras Licitações e Contratos + Fiscalização
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Aplicar penalidades previstas e, se necessário, buscar rescisão contratual e nova licitação	Fiscalização

Risco 8	Insatisfação dos funcionários com o plano.	
Probabilidade	Média	
Impacto	Médio	
Dano 1	Queda na moral e produtividade dos funcionários, além de reclamações constantes.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Criar canais de comunicação para feedback, realizar pesquisas de satisfação periódicas e ajustar o contrato conforme necessário.	Fiscalização / Controladoria Geral / Ouvidoria
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Negociar com o fornecedor para ajustes imediatos e revisar o contrato para incluir melhorias.	Fiscalização + Procuradoria Geral

Risco 9	Atraso no atendimento ou na prestação dos serviços	
Probabilidade	Média	
Impacto	Alto	
Dano 1	Deterioração da saúde dos funcionários e aumento das reclamações..	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Monitorar o cumprimento dos prazos contratuais e manter um canal direto de comunicação com o fornecedor para resolução rápida de problemas.	Fiscalização
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Aplicar cláusulas de penalidade por atraso e buscar alternativas temporárias de atendimento.	Fiscalização

Risco 10	Aumento nos custos do plano de saúde.	
Probabilidade	Alta	
Impacto	Médio	
Dano 1	Pressão sobre o orçamento da CMPR, potencialmente afetando outras áreas.	
Tratamento	Evitar	
ID	Ação Preventiva	Responsável
1	Negociar cláusulas de reajuste, revisar o contrato anualmente, e considerar alternativas de cobertura.	Fiscalização
ID	Ação de Contingência	Responsável
1	Renegociar os termos do contrato ou buscar um novo fornecedor que ofereça melhores condições financeiras	Fiscalização + Procuradoria Geral

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante de todo o exposto e considerando-se o teor de toda a documentação juntada, declaramos o presente estudo:

- atesta a viabilidade técnica, econômica e financeira para sua execução;
- não suprime nem substitui pesquisa de preços no mercado feito por setor competente;
- não vincula a decisão sobre a modalidade de licitação a ser aplicada ou sua dispensa;
- tem por objetivo embasar a tomada de decisão do gestor em relação a melhor solução para a demanda apresentada;
- poderá sofrer alterações em virtude de práticas de mercado não previstas em sua elaboração e constatadas na consulta ao mercado;
- contem mapa de gerenciamento de risco elaborado por equipe multidisciplinar.

Portanto a contratação do objeto da demanda do presente estudo é viável..

20. RESPONSÁVEIS

Assinam este termo a Equipe de Planejamento da Contratação nomeada *ad hoc* conforme **despacho fl. 22** do processo em tela os servidores:

Integrante Administrativo:

HERICK HENRIQUE DELFINO DA SILVA

Matrícula: 1128

Integrante requisitante:

LANNA DO NASCIMENTO FARIAS

Matrícula 1102

Presidente de Equipe:

IVAN FONSECA MARINHO JUNIOR

Matrícula 1183



Câmara Municipal de Porto Real/RJ

PODER LEGISLATIVO

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo eletrônico nº. 518/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **...**, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PORTO REAL, POR INTERMÉDIO DA **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL** E CONTRATADO.

O ***Município de Porto Real no Estado do rio de Janeiro***, por intermédio da ***Câmara Municipal de Porto Real***, com sede na Avenida D. Pedro II, 1550, na cidade de Porto real/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº **01.618.408/0001-94**, neste ato representada por seu presidente o Exmo. Senhor **Henry de Carvalho Nunes**, portador da Matrícula Funcional nº **671**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa]** **OU** **[procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **518/2025** e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **licitação** na modalidade **pregão eletrônico** nº **95002/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde Suplementar, para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os servidores e respectivos dependentes da Câmara Municipal de Porto Real, com previsão de inativos, pelo período de 5 anos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

Tabela 2: Relação de bens e valores máximos aceitáveis por item.

ITEM	DESCRIÇÃO ³	CATSER ⁴	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Corretagem Plano de Saúde	13340	Unidade	7.264

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Edital da licitação 95002/2025;

1.3.2. O Termo de Referência;

1.3.3. O Estudo Técnico Preliminar;

1.3.4. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. IGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados do **primeiro dia útil posterior a data de sua assinatura**, prorrogável por **até 10 anos**, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atendendo ainda os seguintes requisitos:

2.1.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

³ Descrição Resumida do item para simples referência. Qualquer divergência entre a descrição estabelecida no Catálogo de bens e serviços do PNCP e a descrição neste Termo de Referência, prevalecem as descrições estabelecidas neste termo, devendo serem observadas as disposições da Tabela 1 e do detalhamento do item.

⁴ O Código do item foi importado do Catálogo de Bens e Serviços disponível no Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP para referência aproximada.

- 2.1.1.4.** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.1.5.** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.1.1.6.** Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.2** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4** O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1.1.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo a este Contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1** É vedada a subcontratação para execução do objeto desse contrato.

5. PREÇO

- 5.1** O valor global da contratação é de **R\$... (...).**
- 5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos serviços efetivamente executados.

6. PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. DO REAJUSTE

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.2 O reajuste será feito por apostilamento

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.11. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.

8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.1.4.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.4.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.4.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.1.5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.6.** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**;
- 9.1.7.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.8.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.9.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.10.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.1.11.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.12.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.13.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.1.14.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.1.15.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.1.16.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.1.17.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.18.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.19.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.1.20.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.1.22.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.23.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.1.24.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.1.24.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.1.25.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou

que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 13.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.3** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.3.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3.** Das indenizações e multas.
- 13.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.6** O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.6.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.6.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.7** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. ALTERAÇÕES

- 14.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes **poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Porto Real.

15.2 A contratação será empenhada na dotação orçamentária de funcional programática nº 1.031.0001-2.505 - PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES e natureza da despesa nº. 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Fonte de Recursos: 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos, **Nota de Empenho nº: ...**

15.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. FORO

18.1 Fica definido o Foro da Cidade de Porto Real / RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme **art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

Porto Real, ...

CONTRATANTE:

Clique ou toque aqui para inserir o texto.
Clique ou toque aqui para inserir o texto.
CPF Clique ou toque aqui para inserir o texto.

CONTRATADO:

Clique ou toque aqui para inserir o texto.
Clique ou toque aqui para inserir o texto.
CPF Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Av. Dom Pedro II, 1.550 – Centro – Porto Real – CEP 27.570-000
Telefone (24) 3353-2600 – licitacao@cmportoreal.rj.gov.br – cmportoreal.rj.gov.br



Câmara Municipal de Porto Real/RJ

PODER LEGISLATIVO

ANEXO III – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado nome, razão social, CPF e CNPJ, conforme o caso), declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº95002/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome, Cargo e CPF do Representante Legal)

Av. Dom Pedro II, 1.550 – Centro – Porto Real – CEP 27.570-000
Telefone (24) 3353-2600 – licitacao@cmportoreal.rj.gov.br – cmportoreal.rj.gov.br



Câmara Municipal de Porto Real/RJ

PODER LEGISLATIVO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL / RJ

ENDEREÇO: AVENIDA D. PEDRO II, 1.550 - CENTRO - PORTO REAL - RJ - CEP 27.570-000

A/C: Pregoeira

REFERÊNCIA	MODALIDADE
LICITAÇÃO DE Nº 95002/2025	PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

Objeto: *prestação de serviços de Planos ou Seguros Privados de Assistência à Saúde Suplementar, para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os servidores e respectivos dependentes da Câmara Municipal de Porto Real, com previsão de inativos, pelo período de 5 anos.*

Senhora Pregoeira,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços, detalhada nos documentos anexos, para execução do objeto desta licitação, conforme especificações constantes no Edital em tela.

Os prazos por nós indicados são os que seguem:

Prazo de validade da proposta: _____ *dias*

Prazo para mobilização e início dos serviços: _____ *dias*

Prazo para execução dos serviços: _____ *dias*

Prazo de garantia dos serviços: _____ *meses*

Prazo de execução do objeto: _____ *meses*

Dados Bancários:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA

Para tanto, nos propomos a executar o objeto desta licitação pelos preços unitários constantes da planilha de composição de preços totalizando o valor global estimado de **R\$... (valor por extenso)**.

Dados da Empresa Proponente

Razão Social:	CNPJ:
Insc. Estadual:	Insc. Municipal:
Endereço:	Bairro:
Telefones:	E-Mail:

Dados do Representante Legal da Empresa

Nome:	CPF:
Cargo / Função:	RG:
Estado Civil:	Profissão:
Nacionalidade:	Naturalidade:
Endereço:	Bairro:
Telefones:	E-Mail:

Dados do Preposto Comercial da Empresa

Nome:	CPF:
Cargo / Função:	RG:
Telefones:	E-Mail:

Dados do Responsável Técnico da Empresa

Nome:	CPF:
Cart. Funcionário:	Org. Expedidor:
Cargo / Função:	RG:
Telefones:	E-Mail:

Proposta Comercial

Item	Código*1	DESCRIÇÃO*2	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	13340	Corretagem Plano de Saúde	7.264	Unidade	955,02	6.937.265,28
Total	1 lote	1 itens	7.264		R\$	6.937.265,28

Planilha de Composição de Preços

Lote	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	BASE DE CÁLCULO
1	LOTE	VALOR MENSAL ESTIMADO	60	mês	90.727,73	5.443.663,80
	1	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 0 a 18 anos	2	Unidade	332,19	664,38
	2	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 19 a 23 anos	4	Unidade	410,12	1.640,48
	3	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 24 a 28 anos	8	Unidade	490,31	3.922,48
	4	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 29 a 33 anos	13	Unidade	555,60	7.222,80
	5	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 34 a 38 anos	8	Unidade	590,26	4.722,08
	6	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 39 a 43 anos	14	Unidade	654,44	9.162,16
	7	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 44 a 48 anos	13	Unidade	824,67	10.720,71
	8	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 49 a 53 anos	9	Unidade	995,61	8.960,49
	9	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 54 a 59 anos	5	Unidade	1.202,09	6.010,45
	10	Corretagem Plano de Saúde Faixa Etária 59+ anos	19	Unidade	1.984,30	37.701,70
1 lote(s)		10 Itens	95	Pessoas	V. Médio	955,02

Declaro estarem incluídos nos preços propostos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como, qualquer outra despesa direta ou indireta, incidentes até a efetiva entrega, dos materiais e/ou serviços que integram o objeto desta cotação.

Local, ... de ... de 2025.

RAZÃO SOCIAL

Nº CNPJ

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Declaramos sob as penas da Lei, em especial do artigo 299 do Código Penal Brasileiro que:

1º. Os bens oferecidos nesta proposta Comercial atendem as especificações mínimas solicitadas e estão de acordo com toda as normas e disposições dos órgãos reguladores vigentes e em concordância com o Edital de nº. 95001/2025 e que nos responsabilizamos pelos dados fornecidos a Câmara Municipal de Porto Real / RJ – CMPR, assim como por sua fidedignidade.

2º. A proposta foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato que seja parte do processo administrativo em tela, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

3º. A intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato que seja parte do processo administrativo em tela, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

4º. Não tentamos, por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Processo Administrativo em tela antes da adjudicação do objeto da referida licitação.

5º O conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente comunicado, informado, discutido ou recebido por servidor da CMPR antes da abertura oficial das propostas;

6º Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-las.

(local), ... de de 2025.

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO DECLARANTE

Av. Dom Pedro II, 1.550 – Centro – Porto Real – CEP 27.570-000
Telefone (24) 3353-2600 – licitacao@cmpportoreal.rj.gov.br – cmpportoreal.rj.gov.br



Câmara Municipal de Porto Real/RJ

PODER LEGISLATIVO

ANEXO V – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o instrumento que serve para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada não cumprir com as obrigações pactuadas com a Contratante, como:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima;
- b) exigida as atividades contratadas;
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou;
- d) utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Em outras palavras no IMR constam os critérios objetivos de mensuração de resultados, e esta medida possibilita a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados obtidos.

Esta avaliação de serviços segue os parâmetros estabelecidos no Anexo VIII-A da Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, bem como o artigo 40, inciso II e III da mesma norma, que trata da Fiscalização Técnica e Administrativa.

Assim, a administração utilizará dos resultados para compor Gestão de Riscos que devem compor a próxima contratação de empresa prestadora de serviços de plano de saúde, devido à finalização de contrato vigente.

Além disso, trata-se de coleta de informações que poderão contribuir na estratégia do órgão na busca pela prestação de serviços em contínua melhoria aos usuários.

O período de avaliação será trimestral.

DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência. As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIAS	VALOR DA INFRAÇÃO
TIPO 01: Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como: <ul style="list-style-type: none">a) serviços executados de maneira relapsa ou descuidados;b) conduta inadequada;c) empregado sem uniforme, identificação, equipamento, máquina ou equipamento de uso obrigatório.	01
TIPO 02: Situações que caracterizam interrupção ou comprometem a prestação eficaz do serviço ou da fiscalização, tais como: <ul style="list-style-type: none">a) atraso no cumprimento de obrigações relativas ao serviço;b) ausência de material obrigatório fornecido pela contratada;c) não garantir um atendimento célere às demandas do órgão ou dos beneficiários	02

OCORRÊNCIAS	VALOR DA INFRAÇÃO
<p>TIPO 03: Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço e comprometem a rotina ou o patrimônio da Instituição, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) reiteradas falhas no cumprimento das obrigações contratuais; b) conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros; c) Não entregar as carteirinhas ou impedir o atendimento dos beneficiários por culpa da contratada, inclusive fora do expediente normal e em sábado, domingo e feriados 	03
<p>Tipo 04: Situações que caracterizam fraude ou improbidade do contratante na prestação do serviço, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) informar falsa comunicação na prestação de serviço, o qual não foi prestado; b) acrescentar serviços não autorizados pelos fiscais do contrato; c) não apresentar nota fiscal ou comprovante demonstrando o cálculo do valor final dos serviços prestados, quando solicitado pelo fiscal ou substituto. 	04

DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
02	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
08	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal
10	Desconto de 25% sobre o valor total da fatura mensal